

ÍNDICE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA

RELATÓRIO TÉCNICO : ASPECTOS CONCEITUAIS , METODOLÓGICOS E RESULTADOS

Cuiabá, novembro de 2011.

APRESENTAÇÃO.

O material que está sendo apresentado, é o resultado de consultoria técnica ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, cujo objeto é a definição e construção de Indicadores de Renda para os 141 Municípios de Mato Grosso, de modo a subsidiar o processo de avaliação dos resultados de políticas públicas sobre a renda e o atendimento das necessidades do cidadão. Esta consultoria vincula-se ao Objetivo 1 do Plano Estratégico 2010-2011 do TCE, qual seja, “Contribuir para a efetividade das políticas públicas”.

Este relatório está dividido em duas partes. A primeira trata de detalhar e explicitar as bases teóricas, conceituais e metodológicas adotadas para a construção dos indicadores de renda propostos, bem como, apresentar a base de dados sobre a renda, levantados para o período compreendido entre 2005 e o último ano disponível, normalmente, variando entre 2007 e 2008, dependendo da fonte de informação utilizada. A segunda parte, dedica-se a apresentar e analisar os resultados obtidos desde a perspectiva dos diversos indicadores de renda e do indicador sintético de Avaliação de Políticas Públicas de Renda, elaborado com o objetivo de acompanhar o esforço da esfera de governo municipal no cumprimento da agenda de desenvolvimento humano e dos padrões de uso eficiente e efetivo da renda em suas distintas dimensões.

Ressaltamos que utilizamos dados produzidos por órgãos públicos, e com abrangência municipal, de modo a não sofrer soluções de continuidade. Tal fato, muitas vezes restringiu o leque de indicadores e limitou a disponibilidade da informação em tempo real, entretanto, preserva a qualidade e confiabilidade da informação.

Prof. Dra Rosângela Saldanha Pereira
Consultora Responsável

Sumário

Introdução.....	04
-----------------	----

PARTE I – ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

I. Indicadores De Renda : Conceitos E Usos.....	06
II. Indicadores De Renda: Modelo Conceitual E Metodológico.....	08
III. Caracterização Dos Indicadores De Renda Propostos.....	11
III.1. Indicadores De Recursos Monetários No Município.....	12
III.1.1. Indicador De Renda Macroeconômica.....	12
A)Produto Interno Bruto.....	13
III.1.2 – Indicador De Renda Pública	14
III.1.3 . Indicador De Renda Pessoal	15
III.2. Indicadores De Uso E Distribuição Dos Recursos.....	16
III.2.1. Indicador De Gasto Social.....	16
III.2.2. Indicador De Desigualdade De Renda.....	19
III. 3. Indicador Produto	21
III.3.1. Índice De Desenvolvimento Municipal	21
III.3.2 Índice de Qualidade de Emprego e Salário.....	23
III.3.3 Indicador de Renda Municipal Per Capta.....	24
III.3.4. Indicador de Pobreza.....	25
III.4. Índice DE políticas públicas de Renda	26

PARTE II. RESULTADOS

IV. Análise da situação e evolução dos indicadores de renda	31
V. Avaliação das Políticas Públicas de Renda	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67

ANEXOS.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sem a pretensão de ser conclusivo, busca contribuir na caracterização da dinâmica de desenvolvimento dos 141 municípios do estado de Mato Grosso desde a perspectiva dos indicadores de Renda, bem com, servir de subsídio para ações de planejamento e avaliação das políticas públicas. A partir da definição do modelo teórico e conceitual, procedeu-se a coleta, elaboração e análise de indicadores com base em dados de fontes oficiais disponíveis, tais como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Muitas vezes, os termos crescimento econômico e desenvolvimento são utilizados como sinônimos. Contudo, são conceitos distintos, enquanto o primeiro tem uma conotação quantitativa, de ampliação da produção, o segundo se reveste de preceitos qualitativos, em especial, na dimensão da melhoria da qualidade de vida.

O crescimento da geração de riquezas não representa, necessariamente, desenvolvimento, porém, sem a expansão da produção de bens e serviços não se tem desenvolvimento. O desenvolvimento passa também pela distribuição desta riqueza produzida, de forma mais equânime possível à sociedade como um todo. Daí a importância de se desvendar a dinâmica da renda municipal sob os distintos aspectos (renda macroeconômica, renda pessoal, renda do setor público, pobreza, desigualdade de renda, nível de emprego formal, etc..)

Portanto, o estágio de desenvolvimento da sociedade local é fruto de múltiplas ações convergentes e complementares que não se resumem ao enfoque da produção, o que, contudo, não implica diretamente em minimizar o papel de seu dinamismo econômico.

Os mercados locais, regionais, nacionais e globais, cada vez mais inter-relacionados, exigem uma economia local eficiente e competitiva para gerar riqueza, o que permite que sua sociedade tenha acesso aos avanços tecnológicos mundiais, em bens de consumo e investimento, o que indica avançar nos estágios hierárquicos do desenvolvimento.

Assim, a economia local conforma um complexo sistema afeito aos movimentos das variáveis econômicas endógenas e exógenas, como também é

dependente do comportamento de variáveis de caráter social, cultural, político, ecológico, entre outros.

Neste contexto, procurou-se avançar na construção dos indicadores de renda capazes de refletir o estágio de desenvolvimento municipal, os quais são apresentados neste documento.

Este documento está estruturado em quatro capítulos. O primeiro, trata de refletir e conceituar indicadores de renda . O segundo, apresenta o modelo conceitual e metodológico adotado para a construção dos indicadores de renda. No terceiro, procede-se a breve caracterização dos indicadores propostos, destacando os conceitos, metodologia , e fonte de informação. Os comentários dos principais resultados encontram-se no capítulo IV. A base dados construída para a elaboração dos indicadores de renda , bem como, do Índice de Políticas Públicas de Renda, encontram-se no anexo.

I. INDICADORES DE RENDA: CONCEITOS E USOS.

Investigar o estágio de desenvolvimento da renda de uma sociedade é uma tarefa extremamente desafiante, visto a inexistência de um indicador absoluto, consensual, inquestionável. Medir renda e qualidade de vida talvez seja um dos maiores desafios dos estudiosos das ciências sociais, pela própria subjetividade intrínseca.

Até o início dos anos 90 do século passado, o PIB *per capita* era o indicador mais utilizado para cumprir essa função. Todavia, se sabe que este indicador simplesmente é a expressão do quociente do total da produção de bens e serviços pelo número de habitantes, portanto uma média produtiva, quantitativa, longe de ser qualitativa e, a partir daí, se constituir em um indicador social.

Objetivando avançar no tema, o economista paquistanês Mahbud ul Hag, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, desenvolveu o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, indicador utilizado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para tentar comparar o desenvolvimento entre nações.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma média aritmética de três indicadores: educação: taxas de alfabetização e escolarização; saúde: expectativa de vida da população; e, renda: PIB *per capita*. Portanto, o IDH, apesar de seus avanços em relação ao PIB *per capita*, padroniza dimensões diferentes e também não se constitui em um indicador definitivo para medir o desenvolvimento.

A dificuldade reside na complexidade de variáveis envolvidas, onde é preciso reduzir a subjetividade e espelhar a representatividade média do conjunto da população, com todas as limitações que “ a média” simboliza. Também, o desenvolvimento não deve ser visto como um ponto estático no espaço e no tempo, mas como estágios no espaço e no tempo, ou melhor, não deve ser considerado como sendo um destino e, sim como uma viagem.

Diante dos limites e possibilidades deste trabalho, definiremos inicialmente “indicadores” ***como instrumentos importantes para gestão, verificação e medição de eficiência e eficácia na administração pública, por permitirem comparar situações entre localidades (espaços territoriais) ou entre períodos diferentes de um mesmo município.***

Importante, também, é destacar algumas idéias-chave sobre Indicadores que nortearam os indicadores aqui apresentados:

- Indicadores são um instrumento, ou seja, indicadores não são um fim em si, mas um meio;
- Indicadores são uma medida, uma forma de mensuração, um parâmetro, quer dizer, o indicador é um instrumento que sintetiza um conjunto de informações em um "número" e, portanto, permite medir determinados fenômenos entre si, ou ao longo de determinado tempo;
- Indicadores podem ser utilizados para verificação, observação, demonstração, avaliação, ou seja, o indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Outra preocupação presente, e que permeia este trabalho, diz respeito à apropriação e à compreensão dos indicadores por parte da sociedade e dos gestores públicos. Um exemplo que ilustra nossa preocupação com a leitura das informações disponíveis pode ser o de um município onde houve um aumento da quantidade de atendimentos em Pronto Socorro Municipal. O aumento do número desses atendimentos, por um lado, demonstra maior intervenção pública em termos de saúde, maior disponibilidade de especialistas de plantão, a ampliação do atendimento à população e aumento de gastos nessa área considerada prioritária para o governo. Por outro lado, esse aumento de atendimento pode ser interpretado como um “colapso” do Sistema de Atendimento Médico nas Unidades Básicas de Saúde, pode ser interpretado também como ausência de políticas preventivas de saúde, inflacionando o número de atendimentos em Pronto Socorro no município. Repare-se que o fato é o mesmo: “aumento da quantidade de atendimentos em Pronto Socorro Municipal”. O indicador também é o mesmo: “número de atendimentos em Pronto Socorro Municipal”. No entanto, a leitura do fato e do indicador é muito diversa e é condicionada por interesses e perspectivas políticas distintas.

Esse exemplo também aponta para dois aspectos: o da própria insuficiência dos indicadores, uma vez que revelam apenas uma faceta da realidade; e da dimensão política da construção e da interpretação dos indicadores. Além disso,

reafirma a idéia de que o indicador é um instrumento que auxilia na interpretação da realidade mas não substitui uma análise e discussão qualitativa, minuciosa e particular do fenômeno analisado. Ademais, não se pode perder de vista que em sociedades democráticas, o foco central da elaboração de indicadores é a garantia do acesso a informação enquanto direito que permite o diálogo entre a gestão pública e a sociedade civil.

Este trabalho, portanto, parte das seguintes premissas:

- a produção de indicadores deve democratizar as informações disponíveis e possibilitar uma leitura da realidade social; e
- a apropriação das informações por parte da sociedade civil deve possibilitar a ampliação do diálogo desta com o governo, favorecendo um eventual aumento da participação popular nos processos de formulação (e definição) de agendas, bem como de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Sem dúvida, o conhecimento dos indicadores de renda pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais, na alocação e na avaliação de recursos do Orçamento Público. Se bem empregados, estes podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas públicas, uma vez que podem contribuir na identificação da magnitude das carências e desigualdades de renda, orientando as diversas estratégias de intervenção.

II. INDICADORES DE RENDA: MODELO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Os indicadores de renda e as metodologias para a sua formulação voltaram a integrar a agenda das ciências sociais e a preocupação dos administradores públicos. Dentre os motivos que justificam essa nova tendência, destaca-se, a necessidade de democratizar informações sobre as realidades sociais para possibilitar a ampliação do diálogo da sociedade civil com o governo, favorecendo um eventual aumento de participação popular nos processos de formulação (e definição) de agendas, bem como de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Note-se, pelos motivos que justificam essa nova tendência, que os objetivos e as finalidades da formulação e construção de indicadores são bem variados, sendo necessária, portanto, certa cautela em termos de clareza da função e da utilidade dos indicadores, sob o risco de produzir informações inadequadas sobre a realidade social na qual se pretende intervir.

Diante deste marco conceitual e considerando por um lado, o Plano Estratégico do Tribunal de Contas – Gestão 2010- 2011, que prevê em seu Objetivo 1- Contribuir para a efetividade das políticas públicas através da implantação da avaliação de resultados das políticas públicas nas áreas de renda, e por outro, a confiabilidade, a periodicidade, a disponibilidade e grau de cobertura das informações para os 141 municípios do estado de Mato Grosso, optamos por construir uma matriz de indicadores de renda, composta por indicadores simples e compostos, classificados segundo as distintas fases das políticas públicas, conforme modelo proposto por Carley (1986).

Segundo Carley cada fase do processo de formulação e implementação da política pública requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para o processo de avaliação. Na implementação é preciso avaliar o esforço despendido, através de indicadores-insumo e indicadores-processo. Na avaliação dos programas implementados, os resultados devem ser aferidos através de indicadores-produtos de diferentes tipos para medir a eficácia no atendimento das metas específicas e a efetividade social das soluções sugeridas, conforme mostra a Figura 1.

Enquanto os indicadores- insumo quantificam os recursos disponíveis no setor público e privado (famílias e empresas), os indicadores- produto retratam os resultados efetivos das políticas públicas. Os indicadores – processo, são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas, como os recursos são utilizados e distribuídos na sociedade, busca medir o esforço operacional de alocação de recursos humanos ou financeiros para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar social.

Cada fase do ciclo de avaliação de políticas públicas é formada por diversos indicadores de renda, que , como todos os instrumentos que nos auxiliam a analisar a realidade, podem ser **simples e compostos** (Ver figura 1). Os indicadores simples normalmente são auto-explicativos: descrevem imediatamente um

determinado aspecto da realidade,(valor do Produto Interno Bruto, por exemplo) ou apresentam uma relação entre situações ou ações (como a relação entre o Produto Interno Bruto e a população) .

Figura 1 : TIPOLOGIA DE INDICADORES DE RENDA PARA AVALIAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS.



Os indicadores simples são excelentes para realizar avaliações setoriais e para a avaliação de cumprimento de pontos do programa de governo, permitindo conclusões rápidas e objetivas. Por exemplo, se o governo se comprometer a

aumentar o nível de renda média per capita , e esta se reduz, conclui-se diretamente que a ação realizada não foi eficaz.

Indicadores compostos, por sua vez, apresentam de forma sintética um conjunto de aspectos da realidade (por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano). Estes índices compostos agrupam, em um único número, vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média entre eles. Para avaliar os resultados da gestão, os indicadores compostos são importantes por permitirem fazer comparações globais da situação do município e do desempenho da gestão. Pode-se, por exemplo, construir um Índice de Desenvolvimento do Município, incorporando variáveis referentes a renda, emprego, educação e saúde. Calculando-se este índice para vários anos, pode-se analisar sua evolução ao longo do tempo e, assim, avaliar como evoluiu a qualidade de vida dos cidadãos. Também é possível construir indicadores de eficácia de gestão (que meçam o quanto as ações da prefeitura influenciaram a qualidade de vida na cidade) ou indicadores de eficiência da gestão (que avaliem se o governo está utilizando os recursos disponíveis da melhor forma possível).

Do ponto de vista teórico são múltiplas as possibilidades de construção de indicadores, as quais, entretanto, acabam por se restringir em função da disponibilidade e confiabilidade das informações . Em função destes aspectos condicionantes, optamos por adotar apenas um índice composto, cuja produção é regular, confiável, grau de cobertura municipal em âmbito nacional, que é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

III. CARACTERIZAÇÃO DOS INDICADORES DE RENDA PROPOSTOS

À luz do modelo teórico e metodológico apresentado no capítulo I, foram definidos um conjunto de indicadores de renda e desigualdades necessários para avaliar as políticas públicas , tanto no âmbito da esfera estadual como municipal, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1. Tipologia de Indicadores de Renda Municipal .

Indicadores Propostos		
Indicadores de Recursos Monetários Disponíveis	Renda Macroeconômica	<ul style="list-style-type: none"> • Produto Interno Bruto – total
	Renda do Setor Público	<ul style="list-style-type: none"> • Receitas Pública Total <ul style="list-style-type: none"> ○ Receita Tributária ○ Receita de impostos municipais ○ Receita de transferências • Carga tributária
	Renda Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Renda per capita
Indicadores de uso e distribuição dos recursos	Indicadores de Distribuição dos Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • GASTO SOCIAL <ul style="list-style-type: none"> ○ Gasto Social por função típica de Estado. ○ Gasto Social per capita ○ Participação do Gasto Social na Receita Pública ○ Participação do Gasto Social no PIB. • Indicador de Desigualdade de Renda
	Indicador de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN) • Indicador de receita pública per capita • Indicador de Renda Municipal per capita • Indicador de Qualidade do Emprego e Salário • Indicador de Pobreza
Indicador Produto		

III.1 INDICADORES DE RECURSOS MONETÁRIOS DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO.

III.1.1 – INDICADOR DE RENDA MACROECONÔMICA.

Renda macroeconômica é o somatório de todos os rendimentos de residentes em um determinado país. Incluem-se salários, pensões, rendas (de

aluguéis, juros, dividendos etc.), transferências do exterior a residentes no país, subtraindo-se as transferências feitas por pessoas que moram no país para residentes no exterior e as contribuições para a previdência social (que constituem poupança). Retirando-se ainda o montante pago em impostos, tem-se a renda disponível. As variações da renda dão-se basicamente pelo aumento ou diminuição do nível de emprego.

Logo, a renda de uma economia é a soma da remuneração paga aos fatores da produção durante o processo produtivo e o produto de uma economia é a soma dos valores monetários dos bens e serviços voltados para o consumo final e produzidos em um determinado período. Em economia, renda é igual ao produto.

A) Produto Interno Bruto: É a soma dos valores monetários dos bens e dos serviços finais, produzidos a partir dos fatores de produção que estão dentro das fronteiras geográficas do país.

O Estado participa de um sistema econômico por meio dos governos federal, estadual e municipal, desempenhando o papel de dois agentes econômicos: o de consumidor e o de produtor. Alguns impostos, apesar de incidirem sobre a produção, são pagos pelos consumidores, pois são adicionados ao preço final do produto pelos fabricantes. Esse tipo de imposto, que é transferido do produtor para o consumidor, denomina-se imposto indireto.

Por outro lado, o setor público muitas vezes tem interesse em que determinados produtos tenham um preço mais baixo para o consumidor final e concede às empresas que os produzem os chamados subsídios (incentivos fiscais, por exemplo), que são estímulos que visam diminuir o custo de produção de um bem ou de um serviço.

Considerando a presença do Estado nas atividades econômicas, há duas maneiras de medir o Produto Interno Bruto de uma economia:

1. **Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB apm)** : é a soma dos valores monetários dos bens e serviços produzidos, computando-se os impostos indiretos e subtraindo-se os subsídios.

2. **Produto Interno Bruto a custo de fatores (PIB acf)** : é a soma dos valores monetários dos bens e serviços produzidos, subtraindo-se os impostos indiretos e somando-se os subsídios.

Estaremos adotando o conceito de PIB a preços de mercado calculado pelo IBGE/Contas Municipais. Este órgão, fornece estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, a preços correntes e per capita, e do valor adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços, a preços correntes, através de um processo descendente de repartição, pelos municípios, do valor adicionado das 15 atividades econômicas das Contas Regionais obtido para cada Unidade da Federação. A metodologia adotada é compatível com as metodologias das Contas Regionais e das Contas Nacionais do Brasil, implementadas pelo IBGE a partir das recomendações feitas pelas Nações Unidas, e as estimativas obtidas são comparáveis entre si. A periodicidade da informação é anual, com defasagem média de 2 anos, assim, em 2011, estarão disponibilizadas as informações de 2009.

III.1.2 – INDICADOR DE RENDA PÚBLICA

Receita Pública é a soma de ingressos, impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos, arrecadados para atender às despesas e investimentos públicos. Receita pública total refere-se a soma das receitas correntes e de capital. Destacamos para fins analíticos a importância da **receita tributária**, posto que é a receita de maior expressão financeira oriunda do poder impositivo do estado e da **receita de transferências**. Ambas integrantes da categoria de receita corrente.

De modo a permitir comparações apresentamos a receita pública também referenciadas a dimensão per capita, de modo a permitir comparações e possibilitar identificar o volume de recursos que cada cidadão contribui com o Estado, e que em tese, deve retornar na forma de serviços públicos e investimentos em infra-estrutura.

Apresentamos também o indicador de carga tributária que informa o percentual de recursos financeiros que retornam aos cofres públicos, através de

impostos¹, em relação ao volume monetário de bens e serviços produzidos nas fronteiras geográficas do município, isto é, o PIB.

As informações aqui apresentadas são oriundas da base de dados - FINBRA - da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Os dados estão disponíveis a partir do ano de 2005.

III.1.3 . INDICADOR DE RENDA PESSOAL

Considerou-se como renda pessoal, a soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes (pensão, aposentadoria, aplicação financeira, mesada, pensão alimentícia, abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, etc., programa de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada, etc..).

Este conceito, adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas Pesquisas do Censo Demográfico - única base de dados oficial sobre o rendimento das pessoas desagregada em nível de municípios - obedece às recomendações estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional , reunidas no manual da ONU, denominado System of National Accounts, de 1993.

Convém ressaltar que as próprias recomendações dos organismos internacionais revelam as dificuldades inerentes à coleta da informação sobre renda. Um documento editado em 2008 pela ONU, Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 2, faz as seguintes observações:

“ Collection of reliable data on income, especially income from self-employment and property income is extremely difficult in general field inquiries, particularly population censuses.....As thus defined, the information collected can provide some input into statistics that have many

1 . A receita de impostos compreende os Impostos sobre Patrimônio e Renda (cota-parte do IRPF e o IPTU) e os Impostos sobre Produção e Circulação de Bens e Serviços (ISSQN) de competência e arrecadados nas fronteiras do município.

important uses” (Principles and Recomendacions for Population and Housing Censuses, Revision 2, United Nations, 2008)”.

Mesmo considerando que as informações terão apenas um valor aproximado, os resultados são extremamente úteis, como a própria ONU reconhece, para a sociedade. Neste estudo, optamos por nos concentrar na análise da distribuição de pessoas segundo a *renda familiar per capita*. A razão para tal decorre do fato de o bem-estar de um indivíduo depender não apenas de seus próprios recursos, mas também (e talvez em grande medida) dos recursos da família a que ele pertence.

Renda familiar per capita que é obtida pela razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar per capita de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. Os valores, oriundos do Censo Demográfico de 2000, são expressos em reais de 1º de agosto de 2000. Para obter mais informações metodológicas acesse -->www.undp.org.br.

III.2. INDICADORES DE USO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

III.2.1. INDICADOR DE GASTO SOCIAL

A mensuração dos dispêndios dos governos municipais em áreas sociais é um instrumento que ajuda a identificar a forma e a condução da política social na localidade, , e pode servir de subsídio para a correção dos rumos das políticas e/ou como base de projeção para ações futuras. O objetivo é quantificar e analisar os gastos sociais no município, a partir do conceito de *área de atuação social*.

Definir em que consiste o gasto público em setores sociais não se resume a tarefa simples. A maioria dos estudos define o gasto social por meio da enumeração dos setores considerados de interesse social, classificação quase sempre condicionada pela disponibilidade de informações. Ademais, a definição dos setores

de interesse social incorpora um forte componente de juízo de valor, o que torna a enumeração diferenciada entre os estudos.

De modo a preservar a qualidade, confiabilidade e comparabilidade dos indicadores, optamos por seguir o conceito de gasto social proposto pelo IPEA, qual seja, aquele voltado para a melhoria, a curto ou longo prazo, das condições de vida da população em geral. Assim, seriam envolvidos os gastos *diretamente efetuados* pelo governo municipal, bem como a *transferência* de recursos recebidos de outros níveis de governo (estado ou União), referentes a programas de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nas áreas de atuação social. As áreas de atuação social consideradas para a elaboração dos indicadores de gasto social foram:

- ✓ **Educação e Cultura:** formulação da política setorial e manutenção, expansão e melhoria de escolas de diversos níveis de ensino; museus, bibliotecas, estabelecimentos de educação física e desporto; estabelecimentos de difusão cultural, programas de assistência ao estudante, e de defesa e recuperação do patrimônio histórico e artístico.
- ✓ **Saúde:** formulação e implementação da política para o setor, programas de controle de doenças transmissíveis, de vigilância sanitária, de atendimento à mãe e à criança, de produção e distribuição gratuita de remédios, de manutenção de hospitais de ensino e residência médica, e de assistência médico-hospitalar
- ✓ **Alimentação e Nutrição:** ações e programas de suplementação alimentar a populações carentes, assim como os referentes à merenda escolar para alunos da rede oficial de ensino de estados e municípios, e distribuição emergencial de alimentos.
- ✓ **Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente:** implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água e de esgotos; defesa contra poluição, erosão, secas e inundações, além da proteção à fauna e à flora. Os programas de saneamento, financiados com recursos do Fundo de Garantia

por Tempo de Serviço (FGTS), fazem parte da soma de dispêndios nessa área.

- ✓ **Previdência:** administração de órgãos e de programas de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários.
- ✓ **Assistência Social:** administração de órgãos e de programas voltados para a assistência à criança e ao adolescente; ao silvícola e à velhice; para a reabilitação profissional de acidentados no trabalho; para a reintegração social de dependentes de álcool ou de drogas; e para presos e suas famílias.
- ✓ **Emprego e Defesa do Trabalhador:** atividades normativas e de ordenamento de empregos e salários, mais as de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como os programas de capacitação de mão-de-obra e seguro-desemprego, e de geração de emprego e renda.
- ✓ **Treinamento de Recursos Humanos:** aperfeiçoamento e treinamento de pessoal diretamente envolvido nas atividades de objetivo social eleitas neste trabalho. Os treinamentos em outras áreas foram considerados como benefícios a servidores.
- ✓ **Organização Agrária:** programas de ação que promovem o acesso de agricultores de baixa renda à propriedade rural e organizam o assentamento de projetos de colonização (oficiais ou privados), além das ações de apoio ao pequeno produtor rural.
- ✓ **Ciência e Tecnologia:** apoio a pesquisas e levantamento de informações científicas e tecnológicas em atividades consideradas complementares à educação, ou ligadas à saúde e outras áreas sociais.
- ✓ **Habitação e Urbanismo:** financiamento de habitações urbanas e rurais, e transferências a outras esferas de governo para fins de planejamento urbano, aí incluídos os programas financiados com recursos do FGTS (são excluídas

despesas de construção e manutenção de residências destinadas ao uso de servidores públicos civis ou militares).

As categorias de gastos propostas para conformar o gasto social municipal, estão associadas aos registros contidos no orçamento, ou seja, à classificação funcional-programática e à natureza da despesa.

A fonte de informação é o banco de dados FINBRA - da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Os dados estão disponíveis a partir do ano de 2005².

O indicador de gasto social é apresentado em diferentes perspectivas analíticas, tanto em termos per capita, como em termos de participação na receita pública e no PIB do município.

III.2.2. INDICADOR DE DESIGUALDADE DE RENDA

Inicialmente, vale destacar que, das diversas formas de desigualdade, este relatório se ocupa apenas da análise da *desigualdade de resultados* e, mais especificamente, de um resultado em particular: a renda. A desigualdade de renda foi escolhida como variável de análise em razão de dois atributos básicos: por ser o resultado que pode ser mais precisa e facilmente mensurado; e também porque é um dos principais determinantes dos demais resultados.

Optamos por nos concentrar em indicador de desigualdade de renda consagrado na literatura: Coeficiente de Gini. O Coeficiente de Gini, elaborado em 1912, pelo matemático italiano Corrado Gini, resulta, sempre, em um número que varia entre zero e um. Zero representa uma completa igualdade na distribuição da renda, ou seja, todos os indivíduos têm a mesma renda. Um é a situação oposta, é a completa desigualdade, em que apenas um indivíduo detém sozinho toda a renda e os outros não têm nada.

A razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao

2 Note-se que é a mesma base de dados das informações e indicadores de receita pública, o que permite comparações entre os dois agregados.

décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Para obter mais informações metodológicas acesse -->www.undp.org.br.

Por fim, uma palavra em relação à natureza e à confiabilidade das informações utilizadas neste estudo. Os dados provêm do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual é consiste na principal fonte de informação sobre concentração de renda no País.

III. 3. INDICADOR PRODUTO

III.3.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

É possível, grosso modo, fazer uma espécie de genealogia dos indicadores, dividindo-os em três gerações:

Indicadores de primeira Geração são os indicadores simples, como o Produto Interno Bruto – PIB e o PIB per capita, criados nos anos 50. Algumas das vantagens desses indicadores mais simples são: estarem disponíveis praticamente em todos os países; serem de fácil entendimento; serem claramente comparáveis. As desvantagens, por outro lado, são: não considerarem a distribuição da renda interna de cada área; serem unidimensionais; não captarem outras dimensões importantes, como, por exemplo, educação, saúde, meio ambiente.

Indicadores de Segunda Geração são os indicadores compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criados nos anos 90. As vantagens desses Indicadores da Segunda Geração são: sinalizarem aos governantes e políticos dos diversos países que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento da produção; serem multidimensionais; serem produto de consenso de diversos atores. Sua desvantagem é que a opção por qualquer indicador composto cria problemas referentes à necessidade de se atingir o consenso sobre os temas a serem incluídos, resumos de dados; estas decisões, tomadas a priori, são mediadas por juízos de valor e costumam afetar o ranking dos países sujeitos à classificação, com repercussões na mídia ou em processos políticos eleitorais..

Além desses, aparecem também, mais recentemente, os **Indicadores de Terceira Geração**, como por exemplo, o índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Esse índice é uma espécie de instrumento de fortalecimento do diálogo entre os setores organizados da sociedade e o governo. Esse índice é também “uma espécie de ferramenta de fiscalização política” utilizado pela Assembleia Legislativa. Do ponto de vista metodológico, o IPRS possui três dimensões: resultados de curto prazo; esforços advindos da gestão pública municipal no sentido de melhorar os indicadores de educação e saúde; e participação, no sentido de efetiva criação institucional que favoreça a participação social e a transparência do governo.

Deve-se ressaltar também que, de acordo com garantia legal, o IPRS é instrumento de “ranqueamento” dos municípios paulistas, e que, de acordo com as regras de classificação dos municípios (metodologia), os Municípios que não apresentaram informações confiáveis à Fundação Seade (órgão responsável pela configuração do IPRS) será desclassificado do ranqueamento. Nessa medida, o IPRS também serve de instrumento para a democratização de informações e como ferramenta de pressão para que as administrações municipais disponibilizem informações e submetam-se a comparações entre seus pares.

Os indicadores de Terceira Geração, como o IPRS, portanto, “representam um importante avanço na construção de um melhor diálogo entre sociedade e governo e na melhor disponibilidade de informações.

Por um lado, a precariedade da base de dados disponíveis para os municípios mato-grossense impossibilita a elaboração de indicadores de terceira geração, mais apropriados para avaliar em que medida a renda gerada é apropriada pela população – renda, educação, saneamento básico, utilização de energia elétrica, saúde, infra-estrutura, dentre outras – e, por outro, o reconhecimento da limitação do IDH “tradicional” decorrente de sua falta de sensibilidade para medidas de curto prazo e para temas gerados por ações puramente municipais, justificam a opção pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nasceu em resposta à necessidade de se monitorar anualmente o desenvolvimento sócio-econômico de uma região, considerando as diferentes realidades de sua menor divisão federativa:

o município. Emprego e renda, Educação e Saúde constituem as três esferas contempladas pelo IFDM, todas com peso igual no cálculo para determinação do índice de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

O IFDM é o único no Brasil que:

- Abrange **todos os municípios brasileiros (5.564)**.
- É feito com base **exclusiva** em dados oficiais.
- Distingue-se por sua **periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional**.

O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade, o que permite a comparação entre municípios ao longo do tempo.

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. Por ter recorte municipal, foram privilegiados os aspectos básicos indispensáveis ao desenvolvimento local.

VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O CÁLCULO DO ÍNDICE IFDM

Emprego & Renda:

- Geração de [emprego](#) formal
- Estoque de emprego formal
- Salários médios do emprego formal

Educação

- Taxa de matrícula na educação infantil
- Taxa de abandono
- Taxa de distorção idade série
- Percentual de docentes com ensino superior
- Média de horas aula diárias
- Resultado do IDEB

Saúde

- Número de consultas pré-natal

- Óbitos por causas mal definidas
- Óbitos infantis por causas evitáveis

A leitura dos resultados – seja por áreas de desenvolvimento, seja pela análise dos índices finais – é bastante simples, Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a) municípios com IFDM entre 0 e 0,5 baixo estágio de desenvolvimento;
- b) municípios com IFDM entre 0,51 e 0,8 à desenvolvimento moderado;
- c) municípios com IFDM entre 0,81 e 1,0 à alto estágio de desenvolvimento.

Principais vantagens do IFDM em comparação com o IDH-m

- **Enquanto o IFDM é anual, o IDH-m é decenal**³. Dessa forma, graças ao IFDM, é possível assistir ao “ filme em vez de ver apenas fotos esparsas a cada dez anos” . Assim, o IFDM pode ser considerado uma ferramenta de gestão pública, na medida em que permite o acompanhamento sistemático da realidade dos municípios brasileiros.
- **O IFDM permite a comparação relativa e a absoluta** entre municípios ao longo do tempo, uma vez que sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. O IDH-m, por sua vez, permite apenas a comparação relativa, pois as notas de corte são determinadas pela amostra do ano em questão.
- **Enquanto o IFDM foi criado para avaliar o desenvolvimento dos municípios**, com variáveis que espelham, com maior nitidez, a realidade municipal brasileira, o IDH-m é mera adaptação do IDH, desenvolvido para analisar os mais diferentes países.

Uma das vantagens do IFDM é permitir a orientação de ações públicas e o acompanhamento de seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios – não obstante a possibilidade de agregação por Estados. Deste modo, constitui-se uma importante ferramenta de gestão pública e de *accountability* democrática.

³ O IDH-m é realizado com base nos dados do Censo Populacional que, atualmente, é realizado no Brasil a cada dez anos.

III.3.2 . ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO E SALÁRIO. (IQES)

Calculado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, com cobertura nacional e periodicidade anual. É um dos componentes do Índice de Desenvolvimento Municipal da FIRJAN, seguindo a mesma metodologia de cálculo.

A base primária de dados para construção deste índice são os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei 4923/65. Este índice capta os salários, o estoque de empregados, bem como a dinâmica das admissões e desligamentos do mercado formal de trabalho. A razão para captar apenas os empregos com carteira assinada, é porque o desenvolvimento de uma economia não comporta relações precárias de emprego e informalidade.

A leitura dos resultados – seja por áreas de desenvolvimento, seja pela análise dos índices finais – é bastante simples. Com base nessa metodologia, estipularam-se as seguintes classificações:

- a) municípios com IQES entre 0 e 0,5 baixo estágio de desenvolvimento;
- b) municípios com IQES entre 0,51 e 0,8 à desenvolvimento moderado;
- c) municípios com IQES entre 0,81 e 1,0 à alto estágio de desenvolvimento

III.3.3. Renda Municipal *per capita* (PIB *per capita*)

A renda municipal *per capita* é um indicador quantitativo da produção de bens e serviços em âmbito local. É uma média absoluta encontrada no quociente do total da produção (PIB) pelo número de habitantes. Seu limite é que não traz em seu bojo nenhum componente qualitativo de distribuição da riqueza gerada ou de desenvolvimento. Entretanto, sua grande contribuição é a de indicar, por habitante, que quanto maior a geração de riqueza maior é a transformação de fatores de produção em âmbito local, o que aponta para um maior dinamismo da economia,

com reflexos no conjunto da sociedade. A dimensão *per capita* permite comparabilidade com outras economias.

A renda per capita é o principal critério utilizado pelo Banco Mundial para classificar as economias dos países, os quais são classificados como de baixa renda, de renda média ou de alta renda. Cumpre destacar que classificação por renda não necessariamente reflete o estágio de desenvolvimento.

III.3.4 . INDICADOR DE POBREZA

O Objetivo 1- Erradicar a extrema pobreza e a fome - das Metas do Milênio, tem como meta reduzir pela metade o número de pessoas que se encontram na extrema pobreza monetária e aquelas que passam fome até o ano de 2015.

Reconhecidamente, ser pobre não é apenas não ter renda, envolvendo uma ampla gama de dimensões e fatores. Mais, especificamente, a pobreza pode ser tratada a partir da carência de necessidades básicas, como educação, saúde, moradia, etc. Ela também pode ser vista a partir do capital político, ou seja, o quanto as pessoas de baixa renda têm acesso ao poder para expressar o que necessitam, ou poderia ser analisada sob a ótica de “bem-estar” ou mesmo de privação de “capacitações”.

No entanto, o enfoque monetário é o mais prático e disseminado, seja pela facilidade e disponibilidade de dados, seja pelo seu entendimento direto, seja pela possibilidade de comparações. Estaremos utilizando o indicadores de Pessoas Pobres, que refere-se ao percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo.

Recomenda-se que, para efeito de avaliação de políticas públicas, os indicadores de pobreza sejam sempre cotejados com outros indicadores, especialmente, aqueles que medem o grau de concentração de renda, de modo a não comprometer a qualidade da análise.

Por exemplo, um indicador que mostra ao mesmo tempo a redução da pobreza e o aumento da concentração de renda, pode ser lido, por um lado, como expressão do sucesso da ação governamental em reduzir a pobreza, e nessa

medida, passa a apresentar uma realidade de menor pobreza e melhoria da qualidade de vida de determinada população. Por outro lado, esse mesmo indicador pode ser lido sob a ótica da concentração de renda, que é fator determinante na perpetuação da pobreza, dado que cria uma situação de exclusão e 'inacesso' a ativos econômicos (seja terra, tecnologia, crédito, educação ou saúde). Por essa leitura, percebe-se que a política governamental, por exemplo, não logrou tanto sucesso, mas pelo contrário, deve ser reformulada, se o seu objetivo for realmente a redução da pobreza, uma vez que esta é determinada em grande medida pela concentração de renda.

De modo a possibilitar a avaliação das metas do Milênio, em relação a pobreza, estaremos apresentando estes dados para o ano de 2003. Note-se que a meta de reduzir em 50% o índice de pobreza e de extrema pobreza refere-se ao ano de 1990. Os dados são oriundos do IBGE, Censos Demográficos.

III.4. Índice de avaliação das políticas públicas desde a perspectiva de renda : Procedimentos metodológicos.

Conscientes do problema principal na implementação de sistemas de controle e avaliação na administração pública, através de indicadores, especialmente quanto a mensuração dos *inputs*, da qualidade das saídas (*outputs*) e dos efeitos advindos (*outcomes*), buscamos na literatura especializada e na experiência internacional estratégias metodológicas capazes de superar as tradicionais limitações do uso de indicadores na avaliação da gestão pública.

Grateron (1999)⁴, destaca que apesar das dificuldades, os produtos ou *outputs* devem ser medidos e confrontados: a) com outros de *similares características*; b) com eles mesmo no transcorrer do tempo; c) com *outputs* preestabelecidos como padrões de referências; e, d) com o custo, qualidade, benefícios relacionados ao serviço. Estes parâmetros serviram de roteiro para o desenho e seleção dos indicadores adequados para conformar o índice de avaliação das políticas públicas desde a perspectiva de renda.

Outra referência importante para a consolidação dos indicadores de resultados foi a metodologia utilizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM)

4 Grateron, Ivan R Guevara . “ Auditoria de Gestão: utilização de indicadores de Gestão no Setor Público” . Caderno de Estudos da FIPECAFI/USP, n.21, SP, Maio/agosto/2009.

para a elaboração dos indicadores da saúde e educação desenvolvidos para o Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso, no ano de 2008.

A metodologia de avaliação do CEM consiste na criação de painéis de indicadores de resultados de modo a medir o desempenho de distintas dimensões das ações de saúde e de educação⁵. O índice final, construído a partir destes indicadores, possibilita uma avaliação da atuação dos governos no conjunto das ações de cada política particular. Para padronizar a notação e construir o índice das políticas públicas, os indicadores de resultado foram convertidos em medidas classificatórias obtidas a partir da comparação com padrões consagrados na literatura.

O desenho do índice das políticas públicas de renda, foi construído a partir dos indicadores “proxy” dos outputs (saídas) e outcomes (efeitos) dos recursos monetários que estão sendo gerados, alocados e distribuídos no município. Assim, foram selecionados 10 indicadores “proxy” de resultados *do uso e distribuição dos recursos monetários disponíveis no município sobre o desenvolvimento econômico e condições de vida da população*, quais sejam:

1. Indicador de renda municipal per capita :
2. Indicador de Participação do Governo Municipal na economia
3. Indicador de Receita Pública Municipal per capita
4. Indicador de Gasto Social per capita
5. Indicador de Esforço Tributário
6. Indicador de Incidência de Pobreza
7. Indicador de Concentração de Renda
8. Indicador de Qualidade do Emprego e Salário
9. Indicador de Desenvolvimento Municipal -Geral
10. Indicador de Evolução do PIB municipal.

Para padronizar a notação e construir os **Índices das Políticas Públicas**, os indicadores de resultados foram convertidos em medidas classificatórias obtidas a partir da comparação com valores médios adotados como standart na literatura

5 . CENTRO DE ESTUDOS DA METROPLE/ CEBRAP. “ DIAGNÓSTICO DO DESEMPENHO DO GOVERNO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO NAS ÁREAS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO” . TEXTO Mimeo.

especializada sobre desenvolvimento regional. O critério usado na conversão é o seguinte:

a) Caso o valor de um indicador de um dado município seja melhor do que a média do valor de referência é atribuído a ele o **escore 1**, associado à cor de célula **verde**.

b) Caso o valor obtido seja pior do que a média do valor de referência, atribui-se o **escore 0** e a cor da célula é **vermelha**.

c) Para valores que se encontrem próximos à média, atribui-se o **escore 0,5**, associado à cor **amarela**.

d) Nos casos em que a informação não se aplica ao município – por exemplo, não foi coletada pelo órgão oficial de estatísticas, o indicador é considerado como não válido e, portanto, excluído do cálculo final do índice; nesses casos, não é atribuído **valor nenhum** e a célula fica em lilás.

e) Se a ausência de informações sobre o indicador é de responsabilidade do governo do município, é atribuído o **escore zero**, associado à cor **preta**.

O quadro 2, apresenta os indicadores, a justificativa de sua seleção e os respectivos parâmetros de avaliação. O quadro 3 contempla a estrutura do painel de indicadores de estágio de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso, com os respectivos valores de referência e escores

QUADRO 2. INDICADORES SELECIONADOS PARA COMPOR ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE A PERSPECTIVA DE RENDA

Indicador	Justificativa	Parâmetro de avaliação
Indicador de renda municipal per capta	Este é considerado o melhor indicador da capacidade econômica e progresso; ao mesmo tempo, é ponto de consenso que este indicador, por si só, não se constitui em medida de bem-estar ou sucesso em desenvolvimento, daí, a necessidade de ser complementado com outros indicadores.	Critério de classificação do Banco Mundial, agregado em 3 faixas de renda
Indicador de Participação do Setor Público Municipal na economia	Este indicador tem por função revelar o peso do setor público na economia, indicando, o grau de progresso econômico da localidade. Há uma relação inversa entre a participação do poder público na economia e progresso macroeconômico da localidade.	A média da esfera de governo municipal brasileiro será o padrão de referência.
Indicador de Receita Pública Municipal per capta	Este indicador é utilizado na literatura como “Proxy” dos <i>inputs</i> disponíveis na localidade para a prestação de serviços e produção de bens de uso público.	A média da esfera de governo municipal brasileiro será o padrão de referência.
Indicador de Gasto Social per capta	Indica o investimento social da administração municipal nas atividades voltados para o desenvolvimento Humano. Este indicador é representativo dos <i>outputs</i> /uso e distribuição dos recursos públicos e seu impacto sobre o bem-estar social.	A média da esfera de governo municipal brasileiro será o padrão de referência.
Indicador de Esforço fiscal	Mede o volume de recursos do setor privado que vai para financiar as políticas públicas através dos impostos municipais. É, a relação entre a receita tributária (impostos municipais, mais taxas e contribuições) com o PIB	A média da esfera de governo municipal brasileiro será o padrão de referência.
Indicador de Incidência da Pobreza	Erradicar a pobreza e a fome até 2015, é o objetivo número 1 das Metas do Milênio da ONU. Indicador Proxy de outcome, o qual deve nortear os gastos sociais .	A média do Brasil será o padrão de referência
Indicador de Concentração de Renda – Ind. Gini	Indicador de distribuição da renda gerada no município, assim como a pobreza é um indicador de outcome.	A média do Brasil será o padrão de referência
Indicador de Qualidade do Emprego e Salário	Indicador que capta os empregos com carteira de trabalho assinada e os respectivos salários. A informalidade não faz parte do desenvolvimento. Índice integrante do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.	Padrão de referência á classificação do IDM-Firjan,
Indicador de Desenvolvimento Municipal – FIRJAN	Índice sintético que permite acompanhar 3 dimensões do desenvolvimento: educação, saúde e mercado de trabalho. Avança em relação aos demais índices desta natureza, devido a periodicidade anual, construído com dados oficiais,e disponível para todos os municípios do país.	Padrão de referência á classificação do IDM-Firjan,
Indicador de Evolução do PIB municipal	Tendo em vista que o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, deduz-se que o crescimento é condição necessária para o desenvolvimento econômico, ainda que não suficiente.	A média do Brasil será o padrão de referência

Quadro 3- Indicadores de Resultados componentes do Índice de Avaliação de Políticas Públicas desde a perspectiva de Renda “Valores de Referência e Escores.

Indicadores	Valores de referência	Escores
1. Renda Municipal per capita (Média Brasil = R\$ 15.990,0)	<ul style="list-style-type: none"> Até R\$ 15.299 = Baixa renda De R\$ 15300 - 29.070 = Renda Média Acima de R\$ 29.071 = Alta Renda. 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
2. Participação do Setor Público Municipal na economia (Média Brasil = 13,4%)	<ul style="list-style-type: none"> Acima de 25 % - Alta participação DE 12,1% a 24,9% - Moderada participação. Até 12,0% - Baixa participação 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Receita Pública Municipal per capita (Média Brasil= R\$ 1.493,00 em 2008)	<ul style="list-style-type: none"> Até R\$ 1.450,00 – Baixa De R\$ 1.451 a R\$ 2.450,00 – Média Acima de R\$ 2.451,00 – Alta 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Gasto Social per capita (Média Municípios Brasil = R\$ 1.011, 27 em 2008)	<ul style="list-style-type: none"> Até R\$ 790,00 – Baixo DE R\$ 791 a R\$ 1.850,00- Média Acima de R\$ 1.851,00 – Alto 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Esforço Tributário (Média Municípios Brasil = 1,6%)	<ul style="list-style-type: none"> De 0 – 1,0% - Baixa De 1,1% a 2,0 % - Média Acima de 2,1% 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Incidência da Pobreza (Média Brasil = 35,8%)	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 40% - Alta Incidência De 20,1% a 39,9% - Moderada De 0 a 20% - Baixa 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Concentração de Renda – Ind. Gini (Média Brasil = 0,58)	<ul style="list-style-type: none"> De 0,81 a 1,0 – Alta concentração DE 0,41 a 0,8 – Moderada De 0 a 0,40 – Baixa 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Qualidade do Emprego e Salário (Média Brasil = 0,75)	<ul style="list-style-type: none"> De 0 a 0,5 – Baixa De 0,51 a 0,8 – Média De 0,81 a 1 - Alta 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Desenvolvimento Municipal – FIRJAN (Média Brasil = 0,75)	<ul style="list-style-type: none"> De 0 a 0,5 – Baixa De 0,51 a 0,8 – Média De 0,81 a 1 - Alta 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>
Indicador de Evolução do PIB municipal (2004 a 2008) (% médio anual) (Média Brasil = 11,7% a.a)	<ul style="list-style-type: none"> De 0 a 5,0% - Baixo De 5,0% a 10,0% - Moderado Acima de 10,1% - Alto 	<div>0,0</div> <div>0,5</div> <div>1,0</div>

Portanto o índice de avaliação das políticas públicas (IPPR) desde a perspectiva de renda municipal reflete o estágio de desenvolvimento econômico, social e de gestão pública do município, e é o resultado da soma dos escores

atribuídos a cada indicador de resultado que compõem as variáveis do painel de desenvolvimento do município. Este índice varia de zero a 10, e para efeito de comparação adotamos o critério proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que estabelece três principais categorias:

- a) de baixo desenvolvimento - apresentando IPPR menor que 5;
- b) de médio desenvolvimento – exibindo IPPR entre 5 e 8; e
- c) de alto desenvolvimento - IPPR superior a 8.

PARTE II – PRINCIPAIS RESULTADOS

Visão geral:

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, “lugar” é a variável mais importante na determinação do bem-estar de uma pessoa. Em Mato Grosso, uma pessoa nascida em Campos de Júlio, ganha 22 vezes mais que uma pessoa nascida em São Pedro da Cipa. Por trás dessas médias existem dados ainda mais inquietantes. A menos que ocorram mudanças radicais, uma criança nascida na zona rural de Mato Grosso, viverá menos que uma criança nascida na zona urbana, e terá uma renda em média 50% inferior aquela auferida por um trabalhador da zona urbana. Essa “vantagem de lugar” é muito importante em todo o mundo em desenvolvimento. Para o Banco Mundial, o melhor instrumento de previsão de renda no mundo atualmente não é “o *que*” você faz nem “*quem*” você conhece, mas “*onde*” você mora e trabalha.

Os dados sobre renda dos municípios de Mato Grosso, revelam que o crescimento econômico não é equilibrado espacialmente. A produção torna-se mais concentrada em termos de espaço e as disparidades de renda e produção são inevitáveis. Uma geração de pesquisa econômica confirma isso: não existe um bom motivo para esperar que o crescimento econômico se dissemine de forma regular no espaço. Mas a concentração econômica exclui algumas populações.

As disparidades de renda e de padrões de vida são o resultado de uma característica surpreendente do desenvolvimento econômico — sua desigualdade e descontinuidade no espaço. De maneira um tanto injusta, a prosperidade não chega a todos os lugares ao mesmo tempo. Enquanto a economia de Novo Santo Antônio

cresceu em média 24% ao ano no período de 2004-2008, a atividade econômica de Tapurah, reduzia em média 10% ao ano no mesmo período.

No Brasil, China e Índia, assim como, em Mato Grosso, por exemplo, as taxas de pobreza das regiões atrasadas são mais do dobro daquelas das regiões dinâmicas. Mais de dois terços das pessoas pobres em Mato Grosso, cerca de 600 mil pessoas, sobrevivem com menos de 0,5 Salário Mínimo por mês, enquanto nos municípios de alta renda, como Campos de Júlio, a renda média mensal é de 26 salários mínimos.

Essas populações desfavorecidas do ponto de vista geográfico enfrentam todos os dias a realidade de que o desenvolvimento não leva a prosperidade a todos os lugares ao mesmo tempo; os mercados favorecem alguns lugares mais do que outros. Mas a distribuição mais ampla da produção não promove necessariamente a prosperidade. Países economicamente bem-sucedidos facilitam a concentração da produção e instituem políticas que tornam os padrões de vida das pessoas — em termos de nutrição, educação, saúde e saneamento — mais uniformes em todo o espaço. Para obter os benefícios da concentração econômica e da convergência social são necessárias ações políticas voltadas para a integração econômica.

A integração deve começar com instituições que garantam o acesso a serviços básicos, como ensino fundamental, cuidados primários de saúde, saneamento adequado e água potável para todos. Quando a integração se torna mais difícil, as políticas de adaptação devem incluir rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e sistemas de comunicação que facilitem o movimento de mercadorias, serviços, pessoas e idéias nos âmbitos local, nacional e internacional.

Diante dessa constatação é urgente reformular os debates sobre o desenvolvimento regional de modo a incorporar o princípio de integração econômica⁶ - entre os lugares que os produtores preferem e os lugares onde as pessoas vivem — para orientar a formulação de políticas que combinem

6 . O princípio da Integração pressupõe em primeiro lugar, integrar áreas rurais e urbanas , integrar favelas com outras partes da cidade. Em segundo, significa integrar províncias atrasadas e províncias desenvolvidas num mesmo país/estado. E em terceiro lugar, significa integrar países/estados isolados com países/estados bem conectados.

instituições, infra-estrutura e intervenções de modo a configurar uma nova geografia econômica para Mato Grosso.

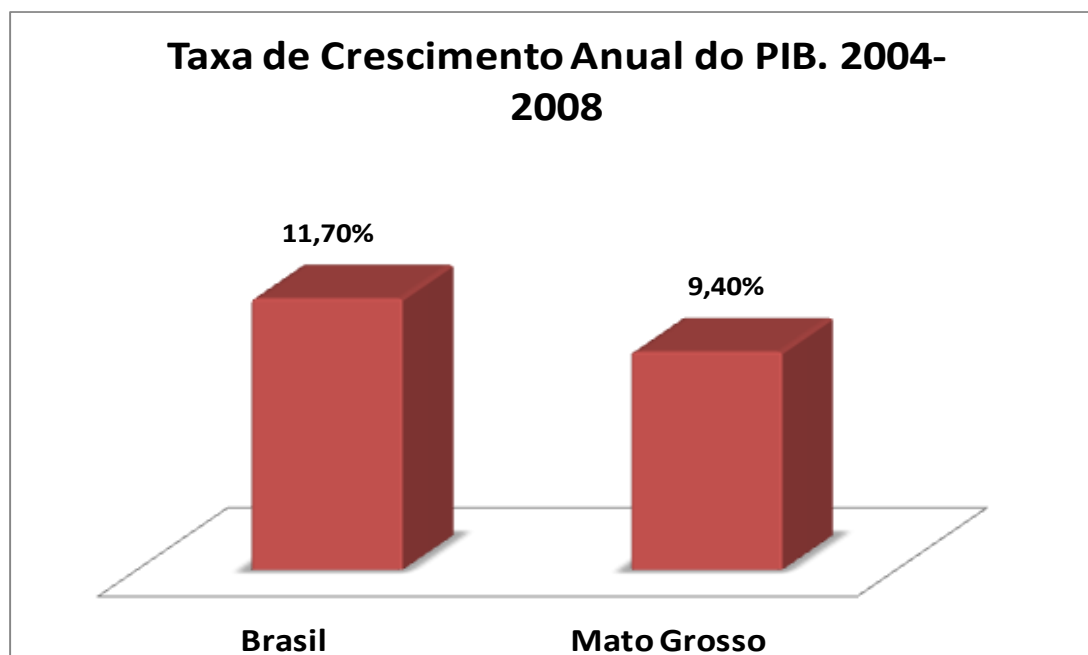
Vejamos os resultados encontrados para os principais indicadores de renda que compõem o índice de avaliação de políticas públicas de renda.

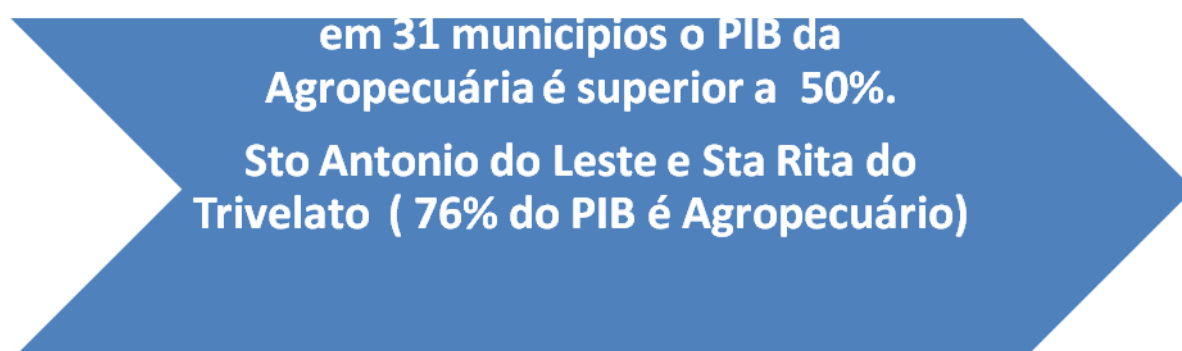
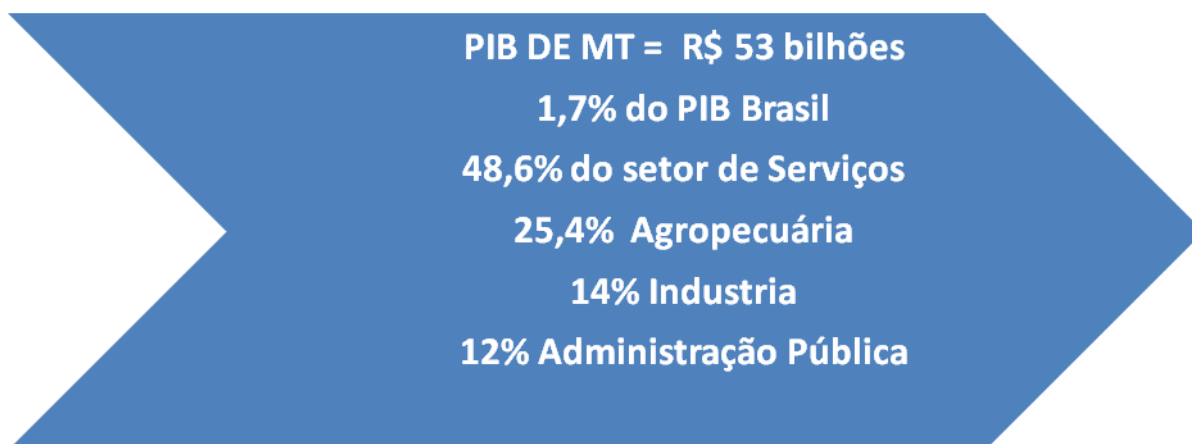
INDICADORES DE RENDA MACROECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO .

EM 2008, 7% DOS MUNICÍPIOS CONCENTRAVAM 52% DO PIB DE MATO GROSSO

Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso, Primavera, Sinop, Lucas do Rio Verde, Campo Novo dos Parecis, Sapezal e Nova Mutum, tinham os 10 maiores PIB entre os municípios e, juntos, eram responsáveis pela geração de 52% das riquezas produzidas em Mato Grosso, e por 48% da população. Em outro extremo, o conjunto de 28 municípios (cerca de 20% do total) gerava 1,7% dessas riquezas. Os cinco municípios de menor participação no PIB em 2008, foram: Araguaína (0,02%); Luciara (0,03%); Serra Nova Dourada (0,03%); Novo Santo Antonio (0,03%) e Reserva do Cabaçal (0,04%).

ECONOMIA DE MATO GROSSO CRESCEU MENOS QUE A DO RESTO DO PAÍS NO PERÍODO DE 2004-2008.





- 48 municípios tiveram crescimento médio anual do PIB superior a média nacional (11,8% aa) e a média estadual (9,4%) no período de 2008-2004.
- o município de Indiavai liderou o crescimento com 30,9% a. a, seguido de Bom Jesus do Araguaia (28,9%) e de Novo Santo Antônio (24,2%).
- a economia de 57 municípios cresceu menos que 9,4% a. a (média de MT) entre 2004 e 2008.
- Araputanga, Tesouro, Santa Carmem, Jauru, Itiquira, Planalto da Serra, Nova Marilândia e Tapurah, destacam-se negativamente no cenário econômico com forte redução do PIB.

Relação dos Municípios com maior crescimento médio anual do PIB no período de 2004-2008.

Municípios ▼	Taxa de crescimento média anual (2004-2008) ▼
Indiavaí	30,9%
Bom Jesus do Araguaia	28,9%
Novo Santo Antônio	24,2%
Confresa	22,7%
Lucas do Rio Verde	22,0%
Nova Bandeirantes	21,8%
Porto Alegre do Norte	20,7%
Nova Santa Helena	20,5%
Rio Branco	20,4%
Nova Canaã do Norte	20,4%
Santa Terezinha	20,3%
Vila Bela da Santíssima Trindade	18,8%
Vale de São Domingos	18,4%
Querência	17,9%
Nova Monte Verde	17,7%
Paranaíba	17,5%
Comodoro	17,3%
Cotriguaçu	17,1%
Colniza	16,9%
Apiacás	16,7%
Rondolândia	16,2%
Aripuanã	16,1%
Santo Afonso	16,0%
Denise	15,5%
Pontes e Lacerda	15,3%
Curvelândia	15,2%
Nova Maringá	15,0%
Peixoto de Azevedo	14,6%
Pontal do Araguaia	14,2%
Barra do Garças	14,1%
Reserva do Cabaçal	13,8%
Campinápolis	13,8%
Araguainha	13,7%
Juína	13,7%
Barra do Bugres	13,5%
Alto Paraguai	13,5%
Tabaporã	13,3%
Rosário Oeste	13,0%
Santa Cruz do Xingu	12,6%
Nova Mutum	12,6%
Luciara	12,6%
Vila Rica	12,6%
Cáceres	12,3%
Barão de Melgaço	12,3%
Novo Mundo	12,2%
Juruena	12,1%
Mirassol d'Oeste	12,0%
Carlinda	12,0%

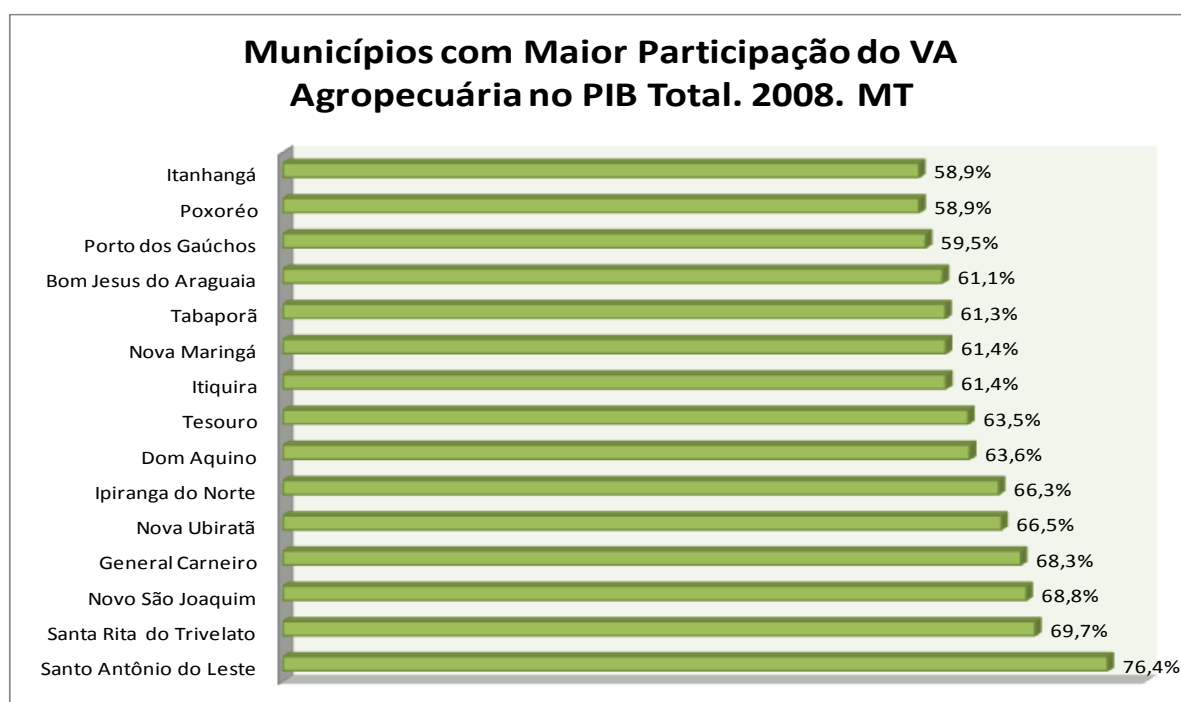
Relação dos Municípios com crescimento médio anual do PIB inferior á média do estado (9,4% a a) no período de 2004-2008

Município	Taxa de crescimento médio anual do PIB (2004-2008)
Nova Olímpia	9,3%
Guarantã do Norte	9,3%
São José do Rio Claro	9,2%
Campo Novo do Parecis	9,1%
São Félix do Araguaia	8,9%
Castanheira	8,6%
Jaciara	8,3%
Cuiabá	8,3%
General Carneiro	8,2%
Santo Antônio do Leverger	8,0%
Conquista D'Oeste	7,9%
Arenópolis	7,9%
Campos de Júlio	7,6%
Acorizal	7,5%
Nossa Senhora do Livramento	7,5%
Campo Verde	7,3%
Nortelândia	7,3%
Feliz Natal	7,1%
Nova Nazaré	6,9%
Água Boa	6,9%
Torixoréu	6,9%
Brasnorte	6,8%
Diamantino	6,7%
Vera	6,6%
Salto do Céu	6,5%
São José dos Quatro Marcos	6,4%
Sapezal	6,4%
Canarana	6,3%
Colíder	6,2%
Cocalinho	5,5%
Juscimeira	5,4%
Nobres	4,9%
Nova Brasilândia	4,7%
Canabrava do Norte	4,7%
Alto Taquari	4,4%
Nova Ubiratã	4,2%
Dom Aquino	4,2%
Marcelândia	4,1%
São José do Xingu	3,8%
Ribeirãozinho	3,8%
União do Sul	3,4%
Pedra Preta	3,3%
Itaúba	2,9%
Cláudia	2,5%
Santo Antônio do Leste	2,3%
Alto Araguaia	1,6%
Porto dos Gaúchos	1,5%
Guiratinga	1,2%
Novo São Joaquim	0,2%
Araputanga	-0,8%
Tesouro	-0,9%
Santa Carmem	-1,8%
Jauru	-2,8%
Itiquira	-3,0%
Planalto da Serra	-4,4%
Nova Marilândia	-7,6%
Tapurah	-9,9%

SETOR INDUSTRIAL EM RONDONÓPOLIS DESTACA-SE PELA EXPRESSIVO CRESCIMENTO NO PERÍODO DE 2004-2008

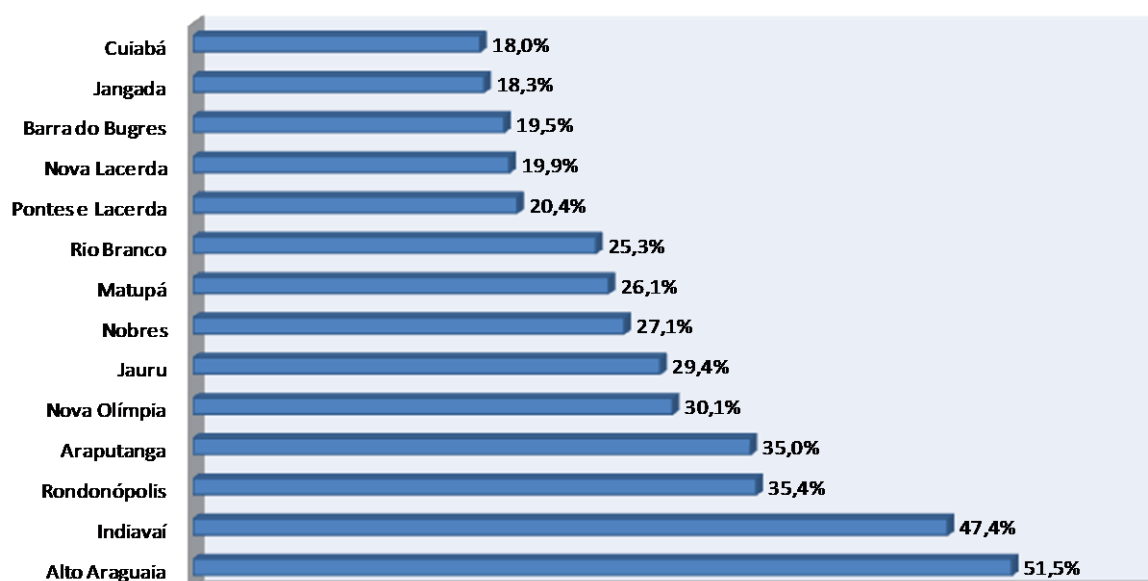
Cuiabá continua liderando em relação ao valor adicionado (VA) bruto na Indústria e também nos serviços. No entanto, merece destaque o expressivo crescimento do setor industrial nos municípios de Rondonópolis (cujo VA na Indústria passou de 8,7%, em 1999, para 19,9% , em 2008, alcançando Cuiabá) e de Alto Araguaia que passou de 0,1% para 5,1%, neste período. Sorriso, se mantém como o líder na Agropecuária, tanto no cenário nacional quanto regional. Por outro lado, cerca de 30% dos municípios continuam muito dependentes da administração pública, que era responsável por quase um terço de suas economias.

SANTO ANTONIO DO LESTE, COM 3,4 MIL HABITANTES, LIDERA O RANKING DOS MUNICIPIOS COM ECONOMIA DEPENDENTE DO SETOR AGROPECUÁRIO.



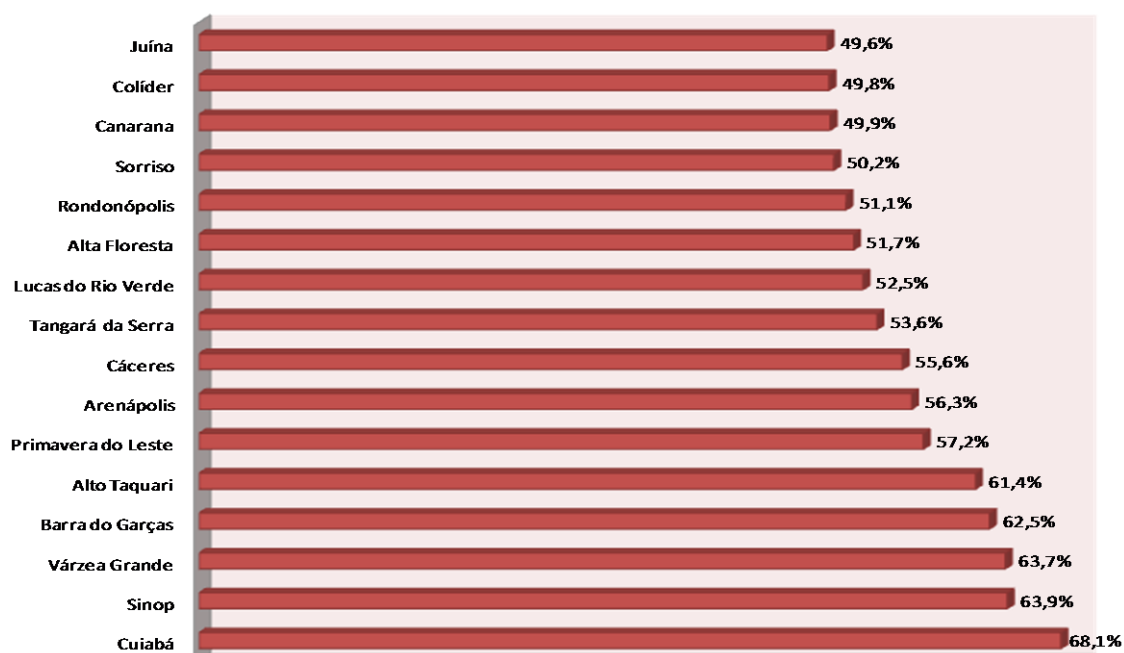
51% do movimento econômico de Alto Araguaia depende do setor Industrial, enquanto, no extremo oposto esta o município de Santo Antonio do Leste , com menor grau de industrialização do estado (1,4% do PIB).

Municípios com maior Participação do VA da Indústria na Economia Local (PIB).2008. Mato Grosso



Cuiabá, Sinop e Varzea Grande são pólos prestadores de serviços. Merece destaque o expressivo crescimento do setor de serviços em Alto Taquari que passou de 25% do PIB local em 1999 para 61% em 2008.

Municípios Prestadores de Serviços (% no PIB local) 2008. Mato Grosso



Quanto mais baixa a renda per capita, maior a participação da administração pública na economia.



As cidades de médio-porte (20 a 50 mil hab.) são as que mais crescem

Cerca de 570 mil pessoas (19% da população) vivem em 19 cidades de médio porte (20 a 50 mil hab.), as quais apresentaram ao longo do período de 2004-2008, o maior crescimento econômico de Mato Grosso (12,3% ao ano), bem como, o mais intenso crescimento populacional (3,3% ao ano), enquanto a média do estado foi, respectivamente de 9,4% e 1,8%, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Indicadores de renda e população segundo cluster populacional. Municípios de Mato Grosso. Ano de 2008.

	Municípios		População		PIB		PIB per capita R\$	IPPRenda	EVOLUÇÃO ANUAL 2004-2008		
	Num.	% no total	Quant. (em mil)	% no total	R\$ mil	% no total			PIB	POPULAÇÃO	PIB PER CAPTA
Até 5 mil hab.	40	28,4%	136,9	4,6%	2.521.613	4,8%	18.419,4	4,5	10,1%	2,1%	8,1%
De 5 a 10 mil	31	22,0%	223,3	7,6%	4.450.320	8,4%	19.929,8	5,0	10,4%	3,0%	7,3%
De 10 a 20 mil	42	29,8%	624,9	21,1%	11.093.420	20,9%	17.752,3	4,5	8,9%	2,5%	6,3%
De 20 a 50 mil	19	13,5%	569,7	19,3%	11.490.404	21,7%	20.169,2	4,5	12,3%	3,3%	9,0%
De 50 a 100 mil	5	3,5%	330,5	11,2%	5.679.709	10,7%	17.185,2	6,0	11,2%	2,3%	8,8%
Mais de 100 mil	4	2,8%	1072,3	36,3%	17.787.814	33,5%	16.588,5	5,5	10,1%	1,0%	8,3%
TOTAL	141	100,0%	2957,6	100,0%	53.023.280	100,0%	17.927,8	4,5	9,4%	1,8%	7,5%

- 36,3% da população mora em 4 municípios do estado (Cuiabá , Várzea Grande , Rondonópolis e Sinop) , cuja renda média municipal per capita é a mais baixa (R\$ 16,6 mil) inferior á média do estado, apesar de gerar o maior volume de riqueza para a economia de Mato Grosso .
- Os municípios de pequeno porte (até 5 mil hab.) , representam cerca de 28% do total de municípios do estado e menos de 5% da população e da economia. Apesar de pequenos estes municípios, em sua maioria, essencialmente agropecuários, têm renda média municipal superior a média nacional e do estado.

ELEVADA DESIGUALDADE DE RENDA MUNICIPAL PER CAPTA

Renda per capita dos municípios de MT é superior à média dos municípios Brasileiros (R\$ 17.927,00 – contra R\$ 15.999).

Cresceu menos que a média nacional (7,5% contra 10,8% a.a. no período de 2004-2008)

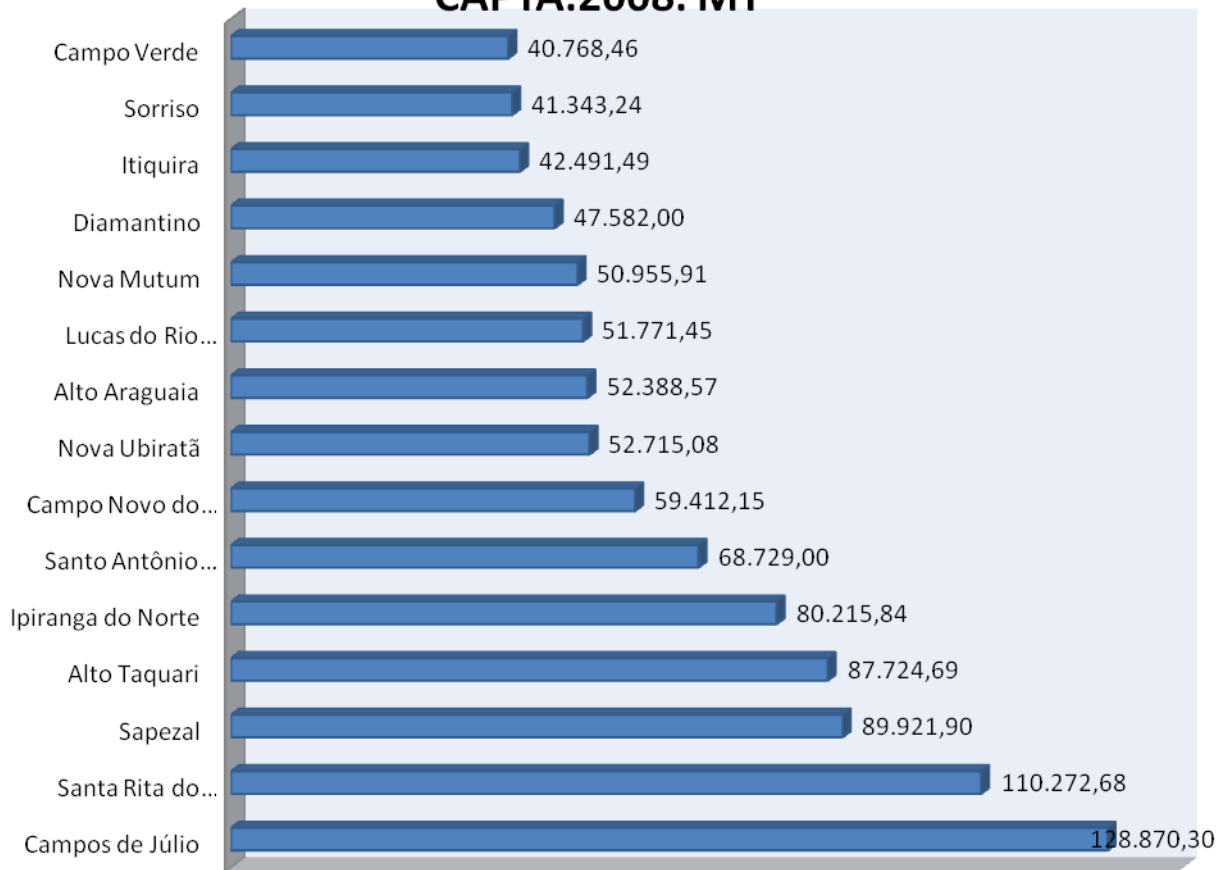
Elevado hiato de desigualdade regional: maior renda per capita é 21,7 vezes superior a menor renda per capita (Campos de Julio= R\$ 128 mil; São Pedro da Cipa = R\$ 5,9 mil)

54% da população (cerca de 1,6 milhão) vivem em municípios de baixa renda per capita (até R\$ 15.299/ano).

Municípios de porte médio (20 a 50 mil hab.) têm a maior renda per capita média (R\$ 20.169).

Municípios de grande porte (+ de 100 mil hab.) menor renda per capita (R\$ 16.588).

15 MUNICÍPIOS COM MAIOR PIB PER CAPTA.2008. MT



10 MUNICÍPIOS COM MAIS BAIXA RENDA PER CAPTA. MT.2008

Municípios	PIB per capita (R\$)
São Pedro da Cipa	5.927,96
Peixoto de Azevedo	6.184,18
Curvelândia	6.463,53
Colniza	6.635,30
Nossa Senhora do Livramento	6.753,47
Barão de Melgaço	6.782,03
Novo Santo Antônio	6.845,95
Poconé	6.904,00
Luciara	6.972,13
Alto Paraguai	7.010,15

Consolidado como referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, o **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)** acompanha três áreas de desenvolvimento: Emprego&Renda, Educação e Saúde e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais¹. Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Mato Grosso ocupa a 11ª posição no Ranking de desenvolvimento do país.

BRASIL		0,7478
Mediana dos Estados		0,6467
Máximo dos Estados		0,8697
Mínimo dos Estados		0,5529
posição	Ranking IFDM ESTADOS BRASILEIROS - Ano 2007	IFDM
1º	São Paulo	0,8697
2º	Paraná	0,8244
3º	Rio de Janeiro	0,7985
4º	Santa Catarina	0,7938
5º	Minas Gerais	0,7846
6º	Rio Grande do Sul	0,7586
7º	Espírito Santo	0,7499
8º	Distrito Federal	0,7368
9º	Goiás	0,7141
10º	Mato Grosso do Sul	0,6988
11º	Mato Grosso	0,6787
12º	Rio Grande do Norte	0,6547
13º	Ceará	0,6511
14º	Pernambuco	0,6467
15º	Tocantins	0,6445

A concentração de municípios na faixa de desenvolvimento moderado demonstra uma tendência de redução das desigualdades entre os municípios mato-grossenses ao longo da última década.



INDICADORES DA RECEITA E DESPESA DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL .

Gupta et. al. (2002), num estudo de 39 países de baixa renda, encontram evidência de que a economia do setor público é um determinante importante do crescimento econômico de curto prazo. Uma gestão fiscal baseada em cortes nos gastos correntes tende a gerar taxas de crescimento mais altas do que uma gestão fiscal baseada em aumento de impostos. Em particular gastos de capital devem ser preservados num ajustamento fiscal uma vez que implicam maior crescimento, enquanto que reduções nos pagamentos de salários ao funcionalismo público não prejudicam o crescimento.

Aschauer e Greenwood (1985), Barro (1990) e outros enfatizaram a distinção entre bens e serviços públicos que entram na função utilidade e aqueles que complementam a produção do setor privado. Os primeiros parecem ter efeitos negativos sobre o crescimento. Isto porque ainda que forneçam utilidade para as famílias, os impostos mais altos necessários para financiá-los reduzem o retorno dos investimentos privados, o incentivo a investir e, conseqüentemente, o crescimento. Isso é confirmado por Grier e Tullock (1987). Usando dados em painel (115 países, incluindo 24 países da OCDE, no período pós II Guerra Mundial) eles acham uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a taxa de crescimento real do produto e a participação do Governo no PIB. Ao contrário, gastos com investimento (tais como a provisão de infra-estrutura) fornecem um ambiente que estimula o crescimento.

Aschauer (1989) encontra evidência de um impacto positivo do investimento público (em particular estradas, ruas, sistemas de água, etc...) sobre o crescimento econômico e a produtividade do setor privado nos Estados Unidos. Usando um conjunto de regressões em *cross-section*, Easterly e Rebelo (1993) encontram que o investimento público em transporte e comunicação em países em desenvolvimento levam a um maior crescimento econômico.

Estudo realizado por Fabiana Rocha e Ana Carolina Giuberti, denominado “ Composição do gasto Público e crescimento econômico: um estudo de painel para os estados brasileiros”, conclui que :

a) A relação entre os gastos correntes do Governo e o crescimento econômico é negativa.

b) A relação entre os gastos com capital e a taxa de crescimento é positiva.

c) A relação entre gastos sociais (defesa, educação, saúde, etc..) com o crescimento econômico é positiva.

Na literatura, existem evidências de que países com maior transparência e hierarquia na execução orçamentária produzem melhores resultados em termos de gasto público (ver Amorim Neto e Borsani, 2002). Deve-se ter em mente que a avaliação macroeconômica é, contudo, insuficiente. Ainda que gastos sociais apareçam como promotores do crescimento é de fundamental importância uma avaliação microeconômica desses gastos.

Por outro lado, a capacidade do governo de levantar receitas destinadas a financiar o gasto público é influenciada diretamente pelas políticas macroeconômica e comercial e pela capacidade administrativa dos órgãos arrecadadores em nível local e central. A concessão de incentivos fiscais tende a provocar a perda de receitas fiscais a curto prazo, reduzindo a capacidade de gasto social e de capital, com o conseqüente impacto negativo no crescimento da economia. Neste ambiente, a médio prazo, a expansão da base tributária mediante a redução da evasão e o aumento da eficácia na administração tributária também será de grande importância. Deve-se ter a precaução de estabelecer impostos progressivos, e não regressivos.

Estas considerações, juntamente, com o padrão de comportamento dos indicadores de renda, média nacional, padrão internacional, conforme o caso, nortearam, a análise e seleção de 3 indicadores da gestão pública que compõem o índice de políticas públicas de renda, além dos sete outros indicadores, bem como o sinal da relação destes valores com a renda macroeconômica do município. Os indicadores selecionados foram:

1. Participação do Governo Municipal na economia : efeito negativo sobre a economia, quanto maior a participação menor a renda.

2. Receita Pública (Receita corrente e de capital) per capita : relação direta e positiva com a renda , isto é, quanto maior for a receita maior a renda municipal per capita e vice-versa;

3. Gasto social per capita: efeito positivo sobre a evolução da renda ;

PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL NA ECONOMIA

- Economia dos municípios de Mato Grosso é na média menos dependente da administração pública do que os demais municípios do Brasil. Com efeito, a participação do PIB da Administração Pública é de 12%, em 2008, contra 13,4% média dos municípios do Brasil.
- Registramos uma relação inversa entre crescimento econômico e participação do setor público na economia. Ou seja, quanto menor a participação maior o dinamismo da economia local, e vice-versa (Ver Tabelas 2 e 3)

Tabela 2 – Ranking de Renda Municipal Per Capta e Menor % Estado na Economia. Municípios de Mato Grosso. 2008.

Município	Renda Municipal Per Capta – R\$	% Estado na Economia	Posição Ranking
Campos de Júlio	128.870,30	2,6%	1
		2,9%	2
Santa Rita do Trivelato Sapezal	110.272,68	3,1%	3
	89.921,90		
Ipiranga do Norte		3,4%	4
	80.215,84		
Alto Taquari		4,2%	5
	87.724,69		
Santo Antônio do Leste		4,4%	6
	68.729,00		
Nova Mutum		4,8%	7
	50.955,91		
Lucas do Rio Verde		5,0%	8
	51.771,45		
Nova Ubiratã		5,1%	9
	52.715,08		
Diamantino		5,4%	10
	47.582,00		
Campo Novo do Parecis		5,5%	11
	59.412,15		
Sorriso		5,7%	12
	41.343,24		
Alto Araguaia		5,7%	13
	52.388,57		
Itiquira		5,8%	14
	42.491,49		
Campo Verde		6,3%	15
	40.768,46		
Primavera do Leste		6,7%	16
	39.483,04		
Querência		6,9%	17
	37.139,22		
Alto Garças		7,2%	18
	31.454,24		
Tapurah		7,3%	19
	29.313,56		
Nova Maringá		7,5%	20
	33.755,10		

Tabela 3 – Ranking de Renda Municipal Per Capta e Maior % Estado na Economia. Municípios de Mato Grosso. 2008

Municípios	Renda Municipal Per Capta – R\$	% Estado na Economia	Posição no Ranking
Arenápolis	7.186,48	22,8%	1
Barão de Melgaço	6.782,03	23,1%	2
Pontal do Araguaia	7.590,96	23,2%	3
Carlinda	7.143,42	23,5%	4
Colniza	6.635,30	23,7%	5
Conquista D'Oeste	10.005,72	23,9%	6
Nossa Senhora do Livramento	6.753,47	24,1%	7
Nova Brasilândia	7.944,02	24,1%	8
Campinápolis	7.138,74	24,6%	9
Reserva do Cabaçal	8.009,46	24,7%	10
Novo Horizonte do Norte	7.698,21	25,1%	11
Curvelândia	6.463,53	25,7%	12
Peixoto de Azevedo	6.184,18	25,7%	13
Serra Nova Dourada	11.223,00	25,9%	14
São José do Povo	7.354,87	26,5%	15
Nova Nazaré	8.776,53	26,7%	16
Luciara	6.972,13	28,0%	17
São Pedro da Cipa	5.927,96	28,2%	18
Araguainha	9.226,88	29,1%	19
Novo Santo Antônio	6.845,95	29,1%	20

RECEITA PÚBLICA⁷ PER CAPTA

O diagrama abaixo ilustra os principais fatores condicionantes do comportamento da receita pública identificados na literatura especializada.



Note-se que é uma relação direta e positiva, ou seja, quanto maior a capacidade e dinâmica da economia e melhor a capacidade de administração fiscal, maior será a receita pública, sem comprometer a economia do setor privado, pois, a receita provém de ampliação da base de arrecadação e não de aumento de alíquota de imposto.

7 Receita Pública per capita refere-se a receita corrente mais de capital dividida pela população.

Os resultados encontrados para os municípios de Mato Grosso, confirmam esta tese. De modo geral, os municípios com maior renda municipal per capita são aqueles que apresentam maior receita pública per capita, conforme mostra o gráfico Destaque-se que a receita pública dos municípios de Mato Grosso da ordem de R\$ 2070,83, é superior à média dos municípios do Brasil (R\$ 1.493,00).

Gráfico1

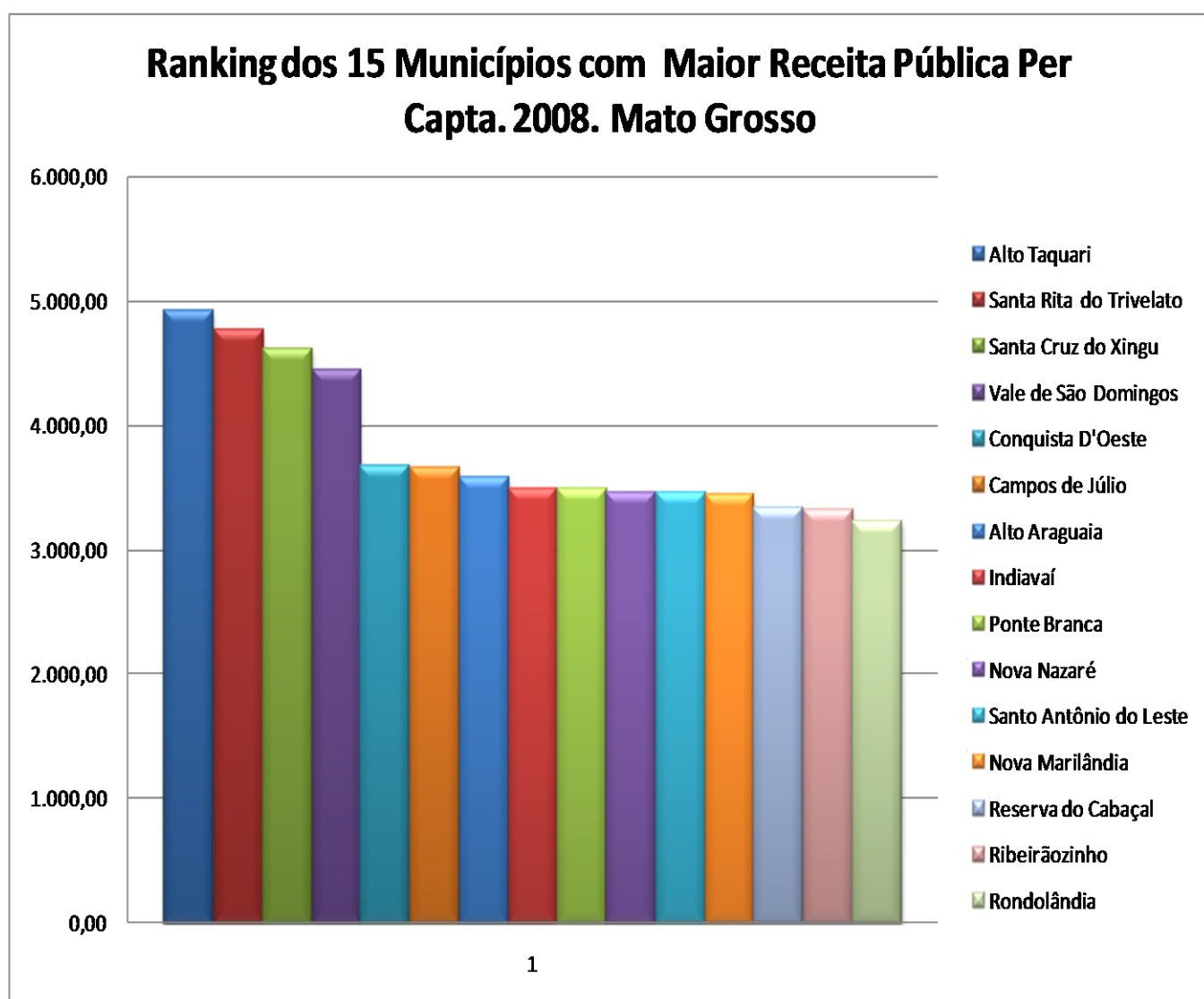
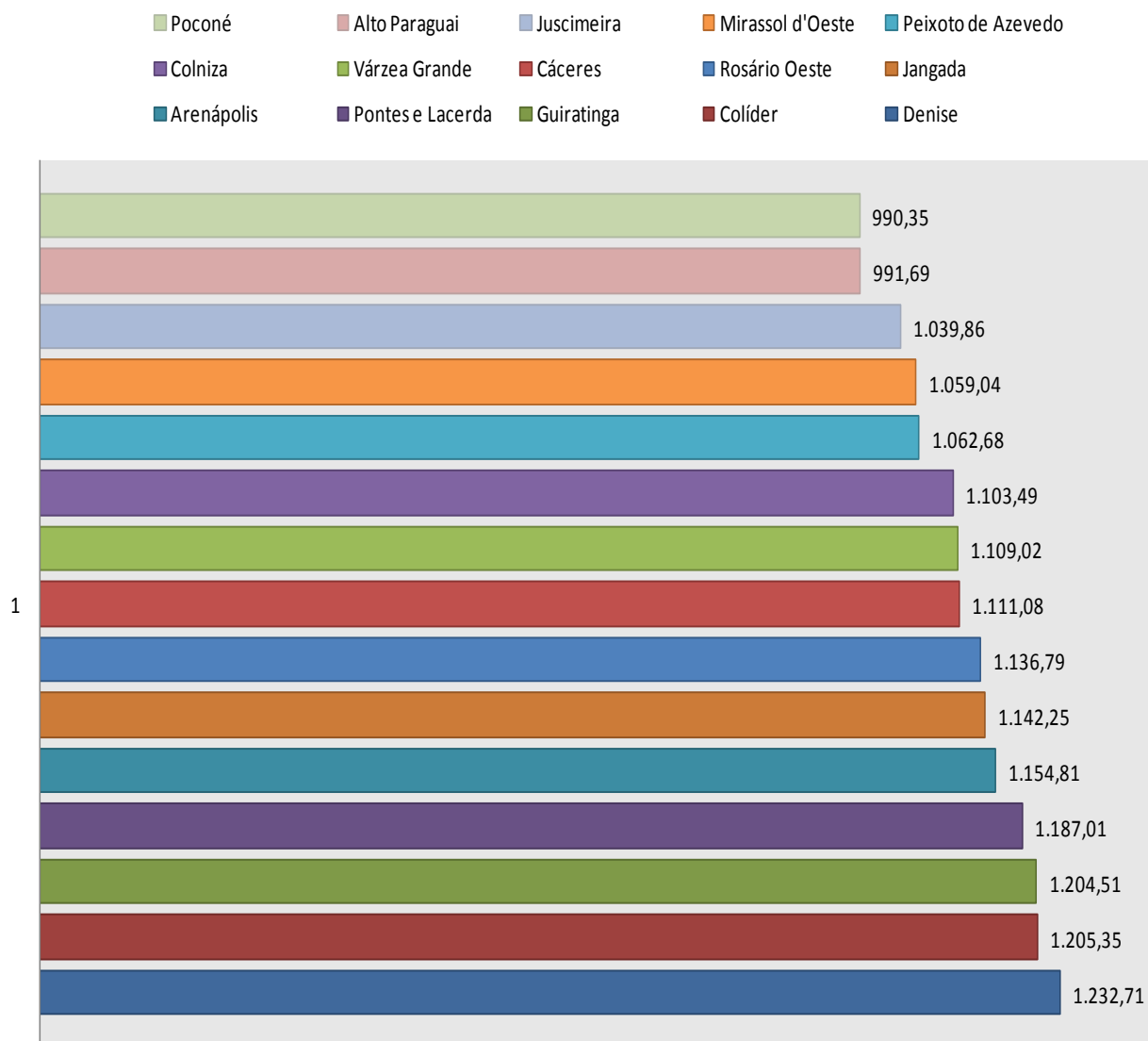


GRÁFICO 2.

**RANKING DOS 15 MUNICÍPIOS COM MENOR RECEITA PÚBLICA
PER CAPTA. 2008. MATO GROSSO**



GASTO SOCIAL PER CAPTA

A mensuração dos dispêndios dos governos municipais em áreas sociais é um instrumento que ajuda a identificar a forma e a condução da política social do município, e pode servir de subsídio para a correção dos rumos das políticas e/ou como base de projeção para ações futuras. O objetivo do trabalho foi quantificar e analisar os gastos sociais dos governos municipais, a partir do conceito de *área de atuação social*, utilizadas em estudos sobre os gastos do governo federal. A metodologia empregada no levantamento foi definida ainda em acordo com dois critérios: i) os gastos sociais deveriam estar associados aos registros contidos no orçamento, ou seja, à classificação funcional-programática e à natureza da despesa; e ii) a série deveria ser comparável, em nível internacional, com outras séries de gasto social.

As principais evidências encontradas são mostradas abaixo:

**GASTO SOCIAL EM
MATO GROSSO R\$ 1,1
mil maior que a média
Brasil (R\$1,0 mil)**

- 67% Da Receita Pública Per Capta é comprometida com o gasto social nos municípios brasileiros;
- Em Mato Grosso, este percentual é de 56%.

**78 Municípios gastam
abaixo da média do
estado**

- 80% dos 78 são municípios de baixa renda per capta (até R\$ 15,3mil)
- Rosário Oeste (R\$ 648,62); Jangada (R\$ 637,62); Poconé (R\$ 630,56); Alto Paraguai (R\$ 581) e Lambari D'Oeste (R\$ 533,30), ocupam as últimas posições em termos de gasto social

**53 Municípios têm
gasto social acima da
média do estado.**

- Municípios com alta renda per capta e baixa participação do estado na economia lideram o ranking de maiores gastos sociais: Sta Rita do Trivelato (R\$ 2.451,27); Campos de Júlio (R\$ 2.314,99); Alto Araguaia (R\$ 2253,22); Alto Taquari (R\$ 2228,32)

**Índice de
comprometimento da
receita pública com
gasto social**

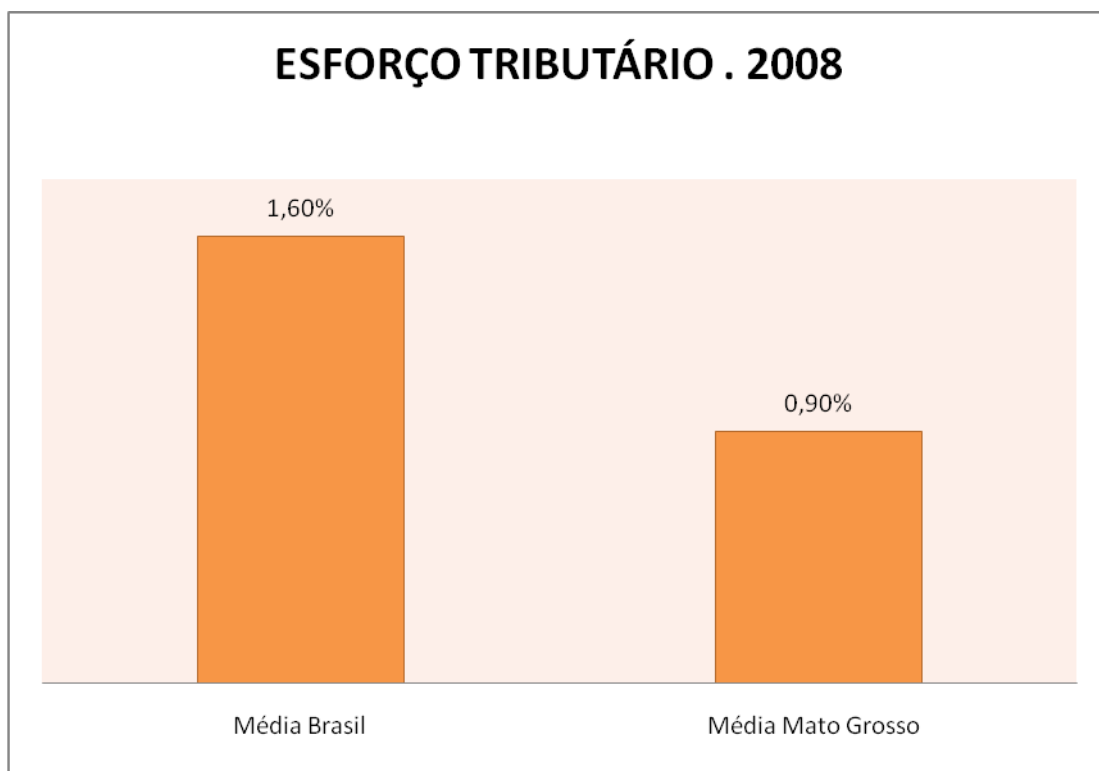
- Nova Xavantina destaca-se com 92% de aplicação da receita em gasto social; em seguida temos: Nossa Senhora do Livramento (77%); Aripuanã(76%); Primavera (74%)
- Os municípios com menor índice de comprometimento da receita com o gasto social, são os que apresentam receita per capta acima da média do estado, e gasto social abaixo da média : Vale de São Domingos(40%); Sta Cruz do Xingu (37%); Lambari DOeste (25%).

ESFORÇO TRIBUTÁRIO

O esforço tributário, ou carga tributária, é a relação entre a receita tributária (impostos , contribuições de melhoria e taxas de competência do município) e o PIB municipal. Via de regra os municípios brasileiros tem como principal fonte de receita as transferências federais e estaduais. Mais, assiste-se um movimento municipalista no sentido de aumentar as suas receitas próprias, especialmente, no tocante ao ISSQN e ao IPTU, seja pela ampliação da base de tributação seja pela modernização do sistema municipal fazendário.

Apesar do dinamismo da economia dos municípios de Mato Grosso, o esforço tributário é bastante inferior à média dos municípios brasileiros (1,6%).

Gráfico 3



A Tabela 4, apresenta o ranking dos municípios com o mais elevado esforço tributário e os respectivos níveis de renda per capita e crescimento da economia no período de 2004-2008. De sua análise depreende-se que , com poucas exceções, os municípios com renda per capita baixa, e crescimento econômico acelerado, são os que apresentam o mais elevado esforço tributário.

Tabela .4 Ranking de Maior Esforço Tributário. Municípios de Mato Grosso. 2008.

Municípios	Esforço Tributário	Renda Per Capta Municipal R\$	Evolução PIB 2004-2008 (% a a)
Nova Lacerda	2,5%	11.905,02	10,8%
Nova Nazaré	2,0%	8.776,53	6,9%
Aripuanã	1,9%	11.822,63	16,1%
Cuiabá	1,8%	16.549,14	8,3%
Chapada dos Guimarães	1,5%	8.883,77	10,3%
Vila Bela da Santíssima Trindade	1,4%	14.197,37	18,8%
Nova Xavantina	1,4%	11.493,71	10,7%
Salto do Céu	1,4%	8.933,11	6,5%
Glória D'Oeste	1,4%	10.026,17	11,2%
Araguaiana	1,3%	14.847,51	11,0%
Sinop	1,2%	15.688,17	10,3%
Tangará da Serra	1,2%	14.059,58	9,9%
Água Boa	1,1%	17.802,10	6,9%
Pontal do Araguaia	1,1%	7.590,96	14,2%
Porto Esperidião	1,1%	10.456,29	10,3%
Ponte Branca	1,1%	11.787,28	11,0%
Várzea Grande	1,1%	11.281,10	10,3%
Alta Floresta	1,1%	10.128,63	9,7%
Colíder	1,1%	10.165,93	6,2%
Conquista D'Oeste	1,1%	10.005,72	7,9%
Nova Marilândia	1,1%	14.954,08	-7,6%
Juruena	1,1%	8.234,78	12,1%
Santa Cruz do Xingu	1,1%	15.777,55	12,6%

Fonte: STN/Banco de Dados

OBS: As cores indicam: Verde: acima da média do estado e do país; Amarelo: próximo à média do estado e do país; Vermelho: abaixo da média do estado e do país.

Por outro lado, maior renda per capta e baixo dinamismo da economia comparativamente à média nacional e estadual, resultam em esforço tributário menor, conforme mostra a Tabela 5. Isto porque, a exceção de São José do Povo e Poxoréo, municípios com renda per capta baixa, os demais apresentam renda per capta próxima ou superior à média estadual e nacional.

Ainda que embrionariamente, necessitando de maior aprofundamento , os dados aqui encontrados indicam que o esforço tributário esta positivamente

correlacionado com a evolução da economia, (quanto maior o ritmo de crescimento da economia maior o esforço) e a capacidade de gestão fiscal do município, em menos dependente do estoque de bens e serviços existentes no município.

Vale registrar, que 10 municípios deixaram de prestar informações fiscais (receita e despesas públicas) à Secretaria do Tesouro Nacional no ano de 2008, quais sejam: Acorizal, Araguainha, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Nova Guarita, Novo Santo Antonio, Luciara, Ribeirão Cascalheira, Santo Antonio do Leverger e Serra Nova Dourada.

Tabela 5 - Ranking de Menor Esforço Tributário. Municípios de Mato Grosso. 2008

Municípios	Esforço Tributário	Renda Municipal Per Capta- R\$	Evolução do PIB (% aa) 2004-2008
São José do Povo	0,1%	7.354,87	11,4%
Santo Antônio do Leste	0,2%	68.729,00	2,3%
Alto Garças	0,2%	31.454,24	9,9%
São José do Xingu	0,3%	19.031,76	3,8%
Ipiranga do Norte	0,3%	80.215,84	
Novo São Joaquim	0,3%	28.601,54	0,2%
Pedra Preta	0,3%	23.497,19	3,3%
Poxoréo	0,3%	15.272,77	9,9%
Itiquira	0,3%	42.491,49	-3,0%
Dom Aquino	0,3%	22.735,19	4,2%
Itanhangá	0,3%	22.009,53	
Gaúcha do Norte	0,4%	18.164,66	10,6%
Campo Novo do Parecis	0,4%	59.412,15	9,1%
Nova Maringá	0,4%	33.755,10	15,0%
Nova Ubiratã	0,4%	52.715,08	4,2%
Vera	0,4%	22.954,81	6,6%
Sapezal	0,4%	89.921,90	6,4%

Fonte: STN/Banco de Dados

OBS: As cores indicam: Verde: acima da média do estado e do país; Amarelo: próximo à média do estado e do país; Vermelho: abaixo da média do estado e do país.

RENDA PESSOAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

É ponto de consenso entre acadêmicos, políticos, organismos internacionais, técnicos de governo e sociedade de que a globalização aumenta a riqueza, de modo global – ao alocar investimentos em regiões antes não integradas à economia mundial –, mas aprofunda as desigualdades distributivas, dentro dos países e entre eles, sobretudo entre ricos e pobres.

Em setembro de 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram definidos pela Organização das Nações Unidas- ONU- com intuito de estabelecer uma agenda de desenvolvimento sistematizada em objetivos e metas a serem cumpridas pelos países com prazo determinado e utilizando indicadores numéricos. Essa agenda também proporciona aos países, critérios para orientar e avaliar o progresso atingido. Mas de 190 países subscreveram ao documento comprometendo-se, dentre outras, a reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas pobres e que passam fome.

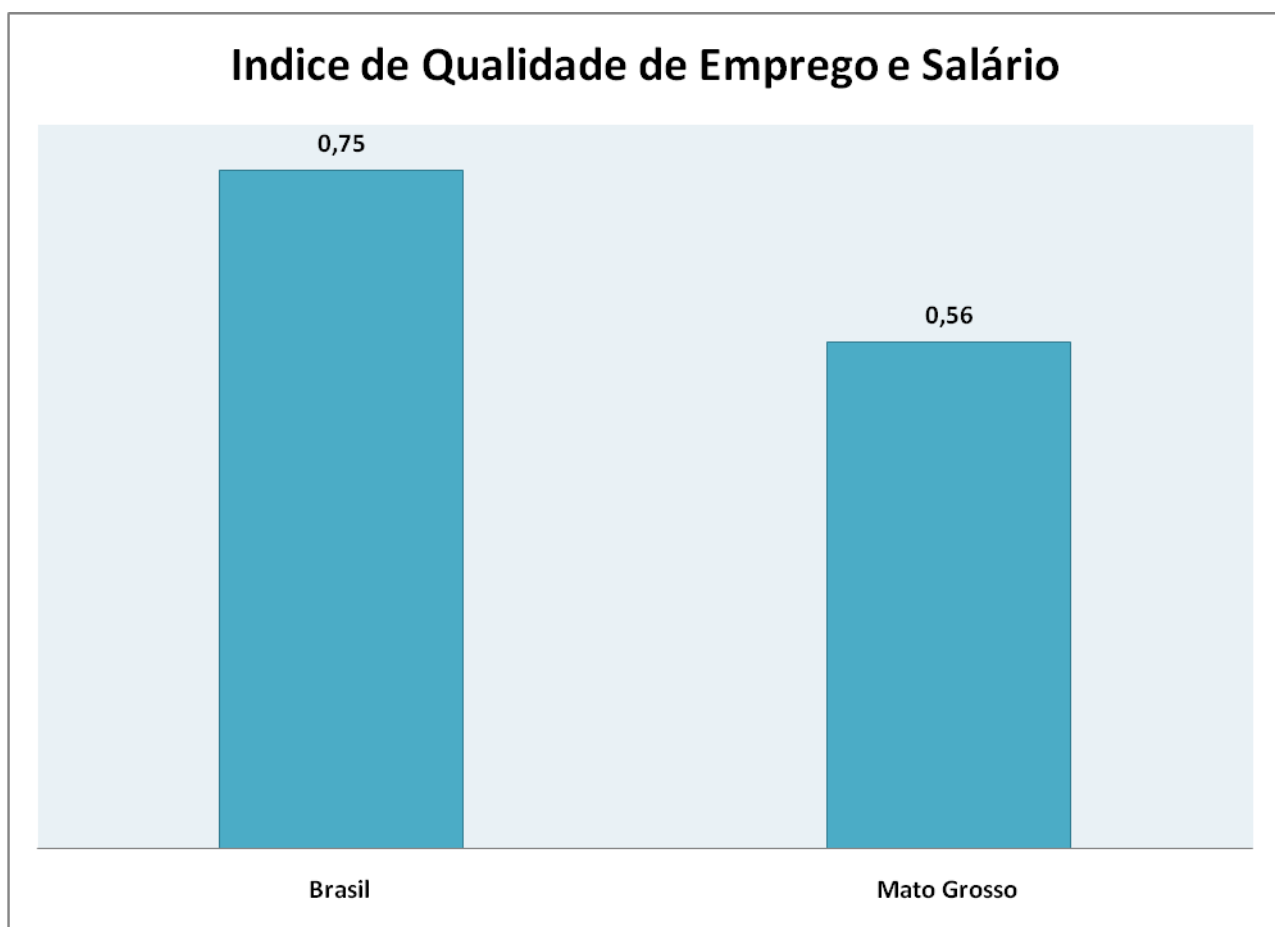
São muitos os conceitos de pobreza bem como os fatores que contribuem para a sua geração e reprodução⁸; neste estudo seguindo as orientações da ONU, a pobreza é considerada pelo enfoque da renda monetária e da desigualdade, e o mercado de trabalho, especificamente as condições de inserção (mercado formal ou informal) é um dos fatores que contribui para a geração e reprodução da pobreza. Nesta perspectiva, foram selecionados 3 indicadores para compor o índice de avaliação de políticas públicas de renda: incidência de pobreza (% de pobres sobre a população total), o índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) e o índice de qualidade do emprego e salário (calculado pela FIRJAN, e que leva em consideração os empregos formais e os respectivos salários).

Os dados utilizados para a incidência da pobreza e índice de gini, são oriundos do IBGE e referem-se ao ano de 2003, e os referentes ao índice de emprego e salários, são calculados pela FIRJAN e referem-se ao ano de 2008.

8 Ver Unb/Coleção Estudos Regionais sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos ODM/Região Centro-Oeste.

Os resultados evidenciam que o grande desafio de Mato Grosso esta relacionado com o mercado de trabalho, isto é, melhorar o perfil profissional tanto da oferta de mão-de-obra quanto da demanda, posto que atualmente predominam empregos de baixa produtividade, informais e com baixa remuneração, o qual alimenta o processo de geração e reprodução da pobreza. Esta situação é revelada pelo índice de qualidade do emprego e salário (quanto mais próxima de 1 melhor é a qualidade) conforme mostra o gráfico 4.

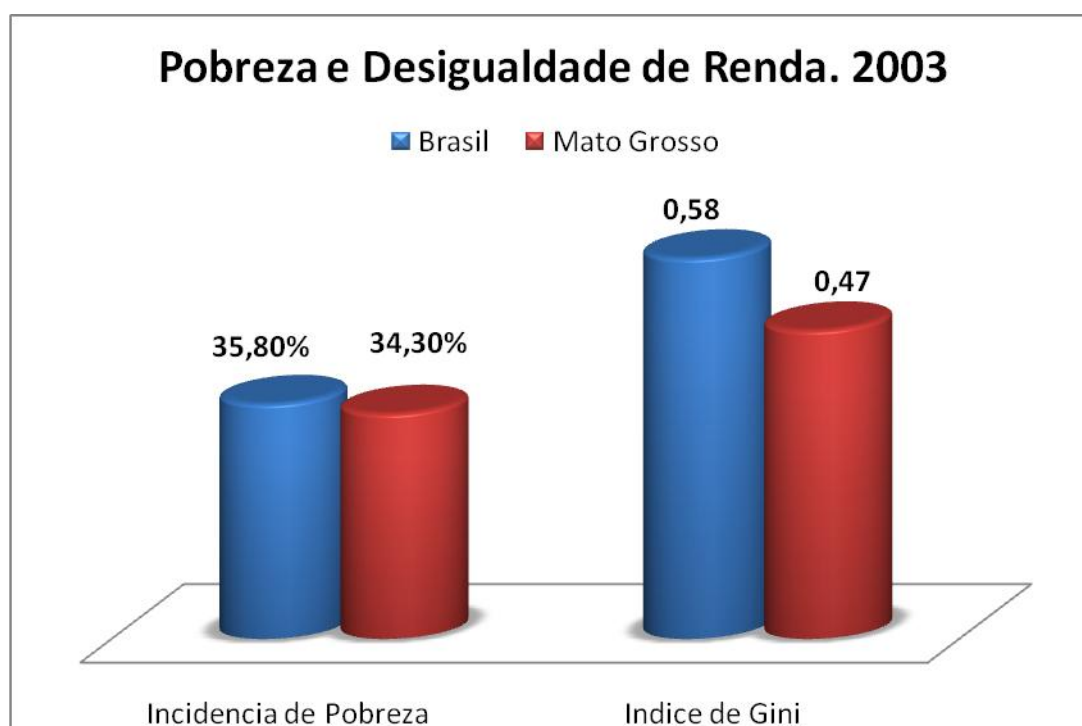
Gráfico 4



A desigualdade de renda, um dos fatores apontados na literatura, como reprodutor da pobreza, não se mostra tão elevada em Mato Grosso comparativamente ao resto do país, a pobreza monetária é o segundo maior

desafio. Vale notar que o estado possui bolsões de pobreza, situados especialmente em regiões onde predominam atividades extrativistas (mineral ou florestal).

Gráfico 5.



Quanto mais precários são os empregos, menos dinâmica é a economia, menor renda per capita e maior a pobreza. Este ciclo é comprovado pelo ranking dos 10 municípios em pior situação de bem-estar da população (ver Tabela 6) .

Tabela 6 – Municípios com maior percentual de pessoas vivendo com menos de ½ salário mínimo por mês. Mato Grosso. 2003.

Colunas1	Renda Municipal Per Capta R\$	Incidência de Pobreza (%)	Índice de Gini	Índice de Qualidade de Emprego e Salário
Peixoto de Azevedo	6.184,18	55.90	0.43	0,22
Poconé	6.904,00	51.14	0.46	0,29
Nobres	13.034,63	50.39	0.45	0,42
Ponte Branca	11.787,28	49.46	0.40	0,39
Araguainha	9.226,88	48.57	0.38	0,41
Acorizal	8.723,88	48.43	0.41	0,28
Santa Terezinha	9.052,15	48.41	0.42	0,41
Salto do Céu	8.933,11	48.39	0.41	0,36
Arenápolis	7.186,48	48.39	0.45	0,27
Luciara	6.972,13	48.13	0.42	0,12

OBS: As cores indicam: Verde: acima da média do estado e do país; Amarelo: próximo à média do estado e do país; Vermelho: abaixo da média do estado e do país.

O município de Campos de Júlio, destaca-se tanto pelo maior nível de renda per capita do estado (R\$ 128 mil), como também por apresentar o menor percentual de população em situação de pobreza (10.1%) e a renda menos concentrada do estado de Mato Grosso (0,3). (Ver Tabela 7)

Tabela 7. Municípios com menor percentual de população em situação de pobreza . Mato Grosso. 2003.

Colunas1	Incidencia de Pobreza	Índice de Gini
Lucas do Rio Verde	25.75	0.43
Nova Mutum	25.53	0.42
Marcelândia	25.53	0.40
Castanheira	24.92	0.40
Nova Ubiratã	24.44	0.37
Gaúcha do Norte	24.41	0.39
Nova Guarita	23.90	0.39
Nova Monte Verde	22.82	0.40
Tapurah	20.28	0.40
Campos de Júlio	10.14	0.30

OBS: As cores indicam: Verde: abaixo da média do estado e do país; Amarelo: próximo à média do estado e do país; Vermelho: acima da média do estado e do país.

V. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA EM MATO GROSSO

Para avaliar o componente renda das políticas públicas de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso, construímos o Índice de Políticas Públicas de Renda (IPPR), cuja metodologia foi descrita no capítulo anterior.

Elaborado com o objetivo de ser uma referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso, desde a perspectiva de renda, o IPPR acompanha três dimensões da renda: a macroeconômica, a pessoal e a renda do setor público, e utiliza-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais. Sua leitura é simples, o índice varia de 0 a 10, sendo que, quanto mais próximo de 10, maior o desenvolvimento da localidade.

Os níveis de desenvolvimento encontrados nos 141 municípios em 2008 dividem Mato Grosso em dois. Por um lado, os municípios produtores de grãos e com alta renda per capita – mantiveram a maciça predominância entre os maiores IPPR. Por outro lado, estão mais de 65% dos municípios com baixa eficiência e efetividade das políticas públicas de renda (IPPR entre 0 e 5). Cumpre ressaltar que nenhum município atingiu o alto estágio de desenvolvimento (IPPR acima de 8,1).

Encontramos uma regularidade que aponta no sentido de relação positiva entre os indicadores de gestão fiscal (gasto social, receita pública per capita e participação do governo na economia) e movimento econômico do município e índice de eficiência das políticas públicas de renda. Esta regularidade pode ser expressa na seguinte lógica: maior nível de renda per capita no município, está associado a maior consumo, maior arrecadação de tributos, maior receita pública per capita, o que possibilita maiores gastos públicos, especialmente nas atividades típicas de Estado - mas com baixa participação da administração pública na economia, posto que a economia privada é mais dinâmica em termos de geração de valor -, menores índices de pobreza posto que o mercado de trabalho privado é mais aquecido e oferece empregos de qualidade, a mão-de-obra, por sua vez, é mais qualificada, o que gera maiores salários, e, assim, alimentando o ciclo de prosperidade local.

**Tabela 8 - Ranking de Municípios segundo o Índice de Políticas Públicas
de Renda. MT.2008**

Posição no Ranking Descendente	Média Brasil⁽¹⁾	5,50
	Média Mato Grosso⁽²⁾	4,50
	MUNICIPIOS DE MATO GROSSO	
1	Campos de Júlio, Nova Mutum	7,00
2	Alto Taquari, Lucas do Rio Verde, Nova Lacerda	6,50
3	Santa Rita do Trivelato	6,25
4	Alto Garças, Nova Maringá, Sapezal	6,00
5	Sta Cruz do Xingu	5,63
6	Campo Novo do Parecis, Glória d'Oeste, Indaiavá, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Primavera do Leste, Querência, Rondonópolis, Tabaporã, Sorriso, Tapurah.	5,50
7	Água Boa, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Araguaiana, Aripuanã, Campo Verde, Cuiaba, Diamantino, Gaúcha do Norte, Itiquira, Juara, Juína, Nova Canaã do Norte, Pontal Do Araguaia, Ponte branca, Rondolândia, Santa Carmem, Santo Antonio do Leste, Sinop, Tesouro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Ipiranga do Norte.	5,00
8	Brasnorte, Canarana, Figueiropolis d'Oeste, General Carneiro, Juruena, Nova Monte Verde, Novo Mundo, Porto Espiridião, Reserva do Cabaçal, São José do Rio Claro, Varzea Grande	4,50
9	Vale de São Domingos	4,37
10	Apiacas, Barra do Garças, Campinopolis, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Comodoro, Confresa, Conquista d'Oeste, Cotriguaçu, Feliz Natal, Nova bandeirantes, Novo São Joaquim, Porto dos Gaúchos, Porto Estrela, Rio Branco, Santo Afonso, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Xingu, Tangará da Serra, Vera.	4,00
11	Itanhangá	3,75
12	Barra do Bugres, Cáceres, Claudia, Cocalinho, Denise, dom Aquino, Itaúba, Jaciara, Lambari D'Oeste, Marcelandia, Matupa, Mirassol D'Oeste, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Novo Horizonte do Norte, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Planalto da Serra, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Ribeirãozinho, Salto Do Céu, Santa Terezinha, São Pedro da Cipa, Torixoréu, União do Sul.	3,50
13	Alta Floresta, Alto Paraguai, Araputanga, Barão de Mlegação, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Carlinda, Colider, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Poxoréo, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Vila Rica.	3,00
14	Araguainha, Arenapolis, Curvelândia, Guarantã do Norte, Jauru, Jucimeira, Nobres, Nova Brasilândia, Nova Nazaré, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antonio do Leverger, São José dos Quatro Marcos, Terra Nova do Norte	2,50
15	Acorizal, Jangada, Luciara, Peixoto de Azevedo,	2,00
16	Colniza, Guiratinga	1,50
17	Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada.	1,25

A Tabela 9, confirma esta assertiva, ao evidenciar que dos 97 municípios com baixa –renda per capta municipal, 85 municípios apresentam baixo estágio de desenvolvimento das políticas públicas de renda. A situação inversa, isto é, os

municípios com alta renda e boa performance de gestão pública, é mostrada na Tabela 10.

Tabela 9 - Índice de Políticas Públicas de Renda e Renda Per Capta Municipal. Ano de 2008. Municípios de Baixa Renda Per Capta. (até R\$ 15.272/ano). Mato Grosso

N.Ordem	Municípios	Ind. Pol.Publicas Renda	Renda per Capta Municipal - R\$
1	São Pedro da Cipa	3,50	5.927,96
2	Peixoto de Azevedo	2,00	6.184,18
3	Curvelândia	2,50	6.463,53
4	Colniza	1,50	6.635,30
5	Nossa Senhora do Livramento	3,00	6.753,47
6	Barão de Melgaço	3,00	6.782,03
7	Novo Santo Antônio	1,25	6.845,95
8	Poconé	2,50	6.904,00
9	Luciara	2,00	6.972,13
10	Alto Paraguai	3,00	7.010,15
11	Campinápolis	4,00	7.138,74
12	Carlinda	3,00	7.143,42
13	Arenápolis	2,50	7.186,48
14	São José do Povo	4,00	7.354,87
15	Cotriguaçu	4,00	7.538,20
16	Nova Bandeirantes	4,00	7.568,60
17	Pontal do Araguaia	5,00	7.590,96
18	Novo Horizonte do Norte	3,50	7.698,21
19	Nova Brasilândia	2,50	7.944,02
20	Guarantã do Norte	2,50	7.951,91
21	Porto Alegre do Norte	3,50	8.000,92
22	Reserva do Cabaçal	4,50	8.009,46
23	Terra Nova do Norte	3,00	8.075,15
24	Juruena	4,50	8.234,78
25	Porto Estrela	4,00	8.386,18
26	Jangada	2,00	8.489,83
27	Acorizal	2,00	8.723,88
28	Nova Nazaré	2,50	8.776,53
29	Denise	3,50	8.809,62
30	Nova Guarita	3,00	8.864,78
31	São José dos Quatro Marcos	3,50	8.873,03
32	Chapada dos Guimarães	4,00	8.883,77
33	Salto do Céu	3,50	8.933,11
34	Santa Terezinha	3,50	9.052,15
35	Rosário Oeste	2,50	9.120,81
36	Nortelândia	3,00	9.130,97
37	Araguainha	2,50	9.226,88
38	Cáceres	3,50	9.448,84
39	Confresa	4,00	9.641,73
40	Vale de São Domingos	4,38	9.825,00
41	Jauru	2,50	9.921,67
42	Santo Antônio do Leverger	2,50	9.960,30
43	Conquista D'Oeste	4,00	10.005,72
44	Glória D'Oeste	5,50	10.026,17
45	Paranaíta	3,50	10.118,75

(continuação Tabela 9)

N.Ordem	Municípios	Ind. Pol.Publicas Renda	Renda per Capta Municipal - R\$
46	Alta Floresta	3,00	10.128,63
47	Colíder	3,00	10.165,93
48	Apiacás	4,00	10.175,45
49	Alto Boa Vista	5,00	10.284,27
50	Figueirópolis D'Oeste	4,50	10.290,87
51	Castanheira	4,00	10.350,57
52	Ribeirão Cascalheira	3,00	10.357,61
53	Porto Esperidião	4,50	10.456,29
54	Juara	5,00	10.538,31
55	Planalto da Serra	3,50	10.597,08
56	Canabrava do Norte	3,00	10.618,27
57	Nova Canaã do Norte	5,00	10.723,36
58	Rio Branco	4,00	10.815,47
59	Juína	5,00	10.914,76
60	Santo Afonso	4,00	10.914,83
61	Juscimeira	2,50	11.141,66
62	Serra Nova Dourada	1,25	11.223,00
63	Marcelândia	3,50	11.227,17
64	Cláudia	3,50	11.273,32
65	Mirassol d'Oeste	3,50	11.277,63
66	Várzea Grande	4,50	11.281,10
67	Barra do Bugres	3,50	11.288,67
68	Nova Monte Verde	4,50	11.461,57
69	Nova Xavantina	5,50	11.493,71
70	Pontes e Lacerda	3,50	11.696,21
71	Ponte Branca	5,00	11.787,28
72	Vila Rica	3,00	11.798,60
73	Aripuanã	5,00	11.822,63
74	Nova Lacerda	6,50	11.905,02
75	Novo Mundo	4,50	11.939,69
76	Feliz Natal	4,00	12.000,88
77	Nova Olímpia	3,50	12.249,36
78	São Félix do Araguaia	4,00	12.690,18
79	Torixoréu	3,50	12.997,44
80	Nobres	2,50	13.034,63
81	Nova Santa Helena	3,00	13.336,93
82	União do Sul	3,50	13.403,32
83	Paranatinga	3,50	13.502,40
84	Cocalinho	3,50	13.589,09
85	Araputanga	3,00	13.710,94
86	Guiratinga	1,50	14.016,12
87	Tangará da Serra	4,50	14.059,58
88	Lambari D'Oeste	3,50	14.186,12
89	Vila Bela da Santíssima Trindade	5,00	14.197,37
90	Matupá	3,50	14.227,18
91	Jaciara	3,50	14.366,03
92	Ribeirãozinho	3,50	14.717,23
93	Comodoro	4,00	14.763,85
94	Araguaiana	5,00	14.847,51
95	Nova Marilândia	3,50	14.954,08
96	Barra do Garças	4,00	15.105,65
97	Poxoréu	3,00	15.272,77

Tabela 10. Índice de Políticas Públicas de Renda e Renda Per Capta Municipal. Ano de 2008. Municípios de Alta Renda Per Capta (Acima de R\$ 29.071). Mato Grosso

N.Ordem	Municípios	Ind.Pol.Públicas Renda	Renda Per Capta Municipal R\$
1	Tapurah	6,00	29.313,56
2	Alto Garças	6,00	31.454,24
3	Nova Maringá	6,00	33.755,10
4	Querência	5,50	37.139,22
5	Primavera do Leste	5,50	39.483,04
6	Campo Verde	5,00	40.768,46
7	Sorriso	6,50	41.343,24
8	Itiquira	5,00	42.491,49
9	Diamantino	5,00	47.582,00
10	Nova Mutum	7,00	50.955,91
11	Lucas do Rio Verde	6,50	51.771,45
12	Alto Araguaia	5,00	52.388,57
13	Nova Uiratã	5,50	52.715,08
14	Campo Novo do Parecis	5,50	59.412,15
15	Santo Antônio do Leste	5,00	68.729,00
16	Ipiranga do Norte	5,71	80.215,84
17	Alto Taquari	6,50	87.724,69
18	Sapezal	7,00	89.921,90
19	Santa Rita do Trivelato	6,25	110.272,68
20	Campos de Júlio	7,00	128.870,30

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar a gestão é importante para corrigir rumos indesejados que podem estar sendo tomados despercebidamente. Avaliações periódicas permitem identificar e aproveitar oportunidades de ação para solucionar problemas, reduzir desperdícios ou realizar ações para atingir compromissos de governo.

A transparência da administração é um ponto fundamental para a democratização da relação Estado- sociedade e para a consolidação da cidadania. As ações que dizem respeito à maior transparência não podem ficar restritas à simples divulgação dos atos do governo. Isso não necessariamente democratiza a relação Estado - sociedade. Deve-se, para além da divulgação das informações, construir, em meio a um espaço público de debate, indicadores que possibilitem uma melhor comunicação do governo com a sociedade civil.

As informações utilizadas para avaliação (tanto aquelas relativas às ações de governo quanto as relativas à configuração espacial e sócio- econômica da cidade), além de se integrar ao sistema de informações para o Planejamento, podem ser integradas a um **Sistema de Informações para a Cidadania** permitindo que a sociedade se aproprie delas. Rompe-se, portanto, o monopólio que técnicos e dirigentes detêm sobre a informação.

Essa democratização das informações, além de auxiliar a sociedade a controlar as ações do governo municipal, permite também que os diferentes atores políticos e sociais, como movimentos e organizações, possam formular propostas pertinentes de prioridades e de intervenção, e proponham sua implantação por parte do poder público.